



# Anais da Assembleia

Nº 153

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE NOVEMBRO DE 1991.

ANO XVII

Atos da Presidência:

## RESOLUÇÃO Nº 048/91

DATA: 18 de novembro de 1991

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito no município de Tupãssi, para que a população decida sobre a criação do município de Jotaesse, conforme especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, no município de Tupãssi, para que a população decida sobre a criação do município de Jotaesse, com sede na localidade do mesmo nome, na área descrita, obedecendo os seguintes limites:

### COM O MUNICÍPIO DE TUPASSI

Começa no cruzamento da divisa da colônia Pindorama na estrada municipal Toledo-São Roque da Memória, segue por esta estrada até o seu cruzamento com a estrada municipal Paraguaia; deste ponto segue pela referida estrada até o seu cruzamento com a estrada Novo Horizonte; segue pela mesma até o povoado Quatro Bocas. Continua pela referida estrada até o seu cruzamento com o córrego Novo Horizonte; desce pelo mesmo até sua foz no rio Memória; sobe pelo rio Memória até a estrada municipal Ramal Tico-Tico, daí pelo Ramal Tico-Tico até o seu cruzamento com a Estrada Central; segue pela Estrada Central até o seu cruzamento com o rio Verde ou Boi Piguã, ponto de divisa entre os municípios de Tupãssi e Nova Aurora;

### COM O MUNICÍPIO DE NOVA AURORA

Começa no cruzamento da Estrada Central no rio Verde ou Boi Piguã; sobe por este até as divisas entre as glebas 06 e 05 da colônia Pindorama, divisas entre os municípios de Nova Aurora e Cafelândia do Oeste;

### COM O MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA DO OESTE

Começa na divisa das glebas 06 e 05 da Colônia Pindorama do Rio Verde ou Boi Piguã, sobe por este até a sua confluência com o córrego Azul ou Fartura, sobe pelo córrego Fartura até as divisas dos lotes 118 e 119; segue deste ponto pelas divisas entre os lotes 114 e 120, 63 e 62, 42 e 41-C, 43 e 40 até a estrada PR-014, divisas entre os municípios de Cafelândia do Oeste e Cascavel;

### COM O MUNICÍPIO DE CASCAVEL

Começa no ponto acima descrito na PR-014, segue pela estrada PR-014 no sentido Cascavel, segue por esta até o seu cruzamento com a estrada que vai ao povoado denominado Espigão Azul, passando por este, até o seu cruzamento no rio Azul ou Boi Piguã, sobe por este até o córrego São José e por este até o seu cruzamento com a antiga estrada Cascavel-Toledo; segue por esta no sentido de Toledo até um ponto próximo ao povoado denominado Esquina Memória;

### COM O MUNICÍPIO DE TOLEDO

Começa num ponto da antiga estrada Cascavel-Toledo próximo a um povoado denominado Esquina Memória; deste ponto em linha reta e seca no sentido Sul-Norte até a nascente do arroio Silvestre ou rio Memória, desce por este até as divisas de terras da fazenda Britânia (exclusive) com a colônia Pindorama (inclusive); segue por esta divisa até a estrada Toledo-São Roque da Memória, ponto de partida.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18.11.91.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

## RESOLUÇÃO Nº 049/91

DATA: 18 de novembro de 1991

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo, através do I.T.C.F., alienar imóvel conforme especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - I.T.C.F., alienar ao Sr. Vilmar Schneider, o imóvel constituído do lote 81, da gleba 07, da colônia Boa Ventura, município de Pitanga, com área de 428.7547 hectares.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18.11.91

(a) ANIBAL KHURY

## RESOLUÇÃO Nº 050/91

DATA: 18 de novembro de 1991.

**SÚMULA:** Autoriza o Poder Executivo, através do I.T.C.F., alienar imóvel no município de Pitanga, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

**Art. 1º** - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar ao Senhor Jacinto Benedito Barroso, o imóvel constituído do lote nº 07, do imóvel São João da Colina, município de Pitanga, com área de 156,2845 hectares.

**Art. 2º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 18.11.91

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

# RESOLUÇÃO Nº 051/91

**DATA:** 19 de novembro de 1991.

**SÚMULA:** Ratifica a Resolução nº 029/90 que autorizou a realização de plebiscito em Nova Esperança do Sudoeste.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

**Art. 1º** - Fica ratificada a Resolução nº 029/90, de 25 de maio de 1990, publicada no Diário Oficial do Estado a 1º de junho do mesmo ano, que autorizou a realização de plebiscito para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Nova Esperança do Sudoeste.

**Art. 2º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 19.11.91

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA ATA DA 127ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 1991

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Paulo Maia.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões,

Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Afonso Júnior, José Alves, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (50). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Dirceu Manfrinato, Luiz Antonio Setti, Nilton Servo e Plauto Miró Guimarães (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Ofício:

CASA CIVIL

OF/DTL/SAT/365/91

Curitiba, 06 de novembro de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, com vistas a dar ciência a essa augusta Casa de Leis, a inclusa cópia de acordo firmado perante o Juízo de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas, da Comarca de Curitiba, entre o Estado do Paraná, o Município de Curitiba, o Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A (em regime de liquidação extrajudicial), o Banco do Estado do Paraná S/A e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, juntamente com a Companhia de Desenvolvimento de Curitiba S/A (nova denominação da CIC - Cidade Industrial de Curitiba S/A), no sentido de extinguir o litígio constante dos autos da Ação Ordinária nº 8874/90.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) CAITO QUINTANA  
Chefe da Casa Civil

## Requerimentos:

## REQUERIMENTO N° 3144

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n° 217/91, que cria uma Área de Preservação Ambiental - APA, na Serra da Esperança.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) CEZAR SILVESTRI

## REQUERIMENTO N° 3150

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, VOTAÇÃO NOMINAL ao Projeto de Lei n° 155/91.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) ALGACI TOLIO

## REQUERIMENTO N° 3145

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o ARQUIVAMENTO do Projeto de Resolução n° 69/91, que altera o Art. 1° da Resolução n° 27/90, de 15 de maio de 1990, que autoriza a realização de plebiscito para a criação do Município de HONÓRIO SERPA, desmembrado de Manguairinha.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

## REQUERIMENTO N° 3125

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 187, § 4°, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, DISPENSA DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL, para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) PAULO MAIA

## REQUERIMENTO N° 3143

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a RETIRADA, pelo prazo de 05 sessões, do Projeto de Lei Complementar n° 381/91, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

## REQUERIMENTO N° 3130

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, o envio de voto de congratulações ao Presidente da Companhia Paranaense de Energia, Senhor Francisco Luiz Sibut Gomide, pelo resultado do trabalho de modernização do sistema de emissão de Nota Fiscal/Fatura de Energia, que possibilita uma avaliação detalhada do histórico do consumo. Tal medida resulta da ampla visão administrativa do seu corpo de funcionários e diretores, demonstrando a preocupação de bem orientar e informar seus clientes - característica não comum às Empresas Estatais.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) DALTON MACHUCA

## REQUERIMENTO N° 3135

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata votos de congratulações à Guarda Mirim, pela formatura de mais uma turma.

Unidade vinculada à Fundação de Ação Social do Paraná, o Centro Diva Pereira Gomes é mantenedor da Guarda Mirim, instituição que há muitos anos cuida de educar, formar e profissionalizar crianças provenientes de famílias carentes em nosso Estado.

Dirigida pelo competente professor Francesco Serale, Cidadão Honorário do Paraná, a guarda Mirim formou, no dia 14 de novembro próximo passado, a turma "Terezinha Arruda". Dela fazem parte 129 formandos, que obtiveram treinamento de datilografia, auxiliar de escritório, relações humanas, artesanato e outras habilidades, além da obrigatoriedade do estudo em escola regular.

Todos os novos oficiais da Guarda Mirim já estão empregados em empresas públicas e privadas, onde além de merecer acompanhamento dos técnicos da entidade deverão prosseguir seus estudos, trabalhando em jornada de quatro horas diárias.

Cada turma formada pela Guarda Mirim é prova da possibilidade de se dar resposta aos problemas que afetam a infância e a adolescência brasileiras, sobretudo nas camadas mais carentes da população.

Essa resposta, entretanto, depende da boa vontade, da dedicação e de um trabalho sério, fundamentado em propósitos de justiça e dignidade.

Essas características são abundantes no trabalho da Guarda Mirim, onde profissionais sérios empenham-se na formação dos nossos jovens para a vida em sociedade.

Não há nenhuma espécie de trabalho de caridade. O que se faz é uma ação de preparação de futuros cidadãos, livrando nossas crianças e jovens da rua, da miséria e da criminalidade.

Que do teor do presente seja dada ciência ao professor Francesco Serale e ao Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Djalma de Almeida César.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO N° 3136

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política e administrativa do município de Manguueirinha, dia 21 de novembro.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) JOÃO ARRUDA

#### JUSTIFICATIVA:

A emancipação do antigo Distrito de Manguueirinha, desmembrado de Clevelândia pela Lei Estadual n° 533, de 21 de novembro de 1946, era uma necessidade política para a segurança das reservas indígenas localizadas naquela área.

Foi dos últimos movimentos desenvolvidos pelo Presidente Vargas na sua "Marcha para o Oeste" pelo desejo de preservar a soberania nacional, ainda marcada pela intensa disputa com as províncias platinas que desejavam aquela extensão de terras brasileiras.

Na época, tendo como principal elemento a habitá-la os índios caingangues, e esgotada a participação do território Federal do Iguaçu - a tentativa do Estado Novo para garantir a soberania sobre a região, era urgente que o governo paranaense tomasse alguma medida para manter a área integrada geopoliticamente ao Paraná, buscando evoluir para a definitiva integração social.

As primeiras páginas da história de Manguueirinha foram escritas sobre o panorama desse quadro de fundo e não foi fácil. Ao completar seus 45 anos de emancipação, Manguueirinha orgulha-se dos corajosos pioneiros que à sombra de matas até hoje preservadas, conseguiram lançar uma semente duradoura que germina como a da árvore de lei comum à região.

#### REQUERIMENTO N° 3137

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política e administrativa do município de São Jorge do Oeste, dia 23 de novembro.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) JOÃO ARRUDA

#### JUSTIFICATIVA:

Toda a história da emancipação políti-

ca e administrativa de São Jorge do Oeste foi pontilhada de reivindicações, de longas discussões, de argumentações intermináveis e de paciente deliberação.

Pertencendo ao município de São João, o antigo distrito estava fincado numa das mais densas e valorizadas florestas do Paraná, riquíssima pelos pinheirais.

A chegada do bom povo gaúcho, à procura de novas terras onde instalar-se para expandir a fronteira agrícola - atendendo à convocação do Presidente Getúlio Vargas, fez cair as matas para que lhe tomassem o lugar as lavouras que passaram a se multiplicar. Enriquecia-se mais a região, pois a indústria madeireira beneficiava a mata que dava lugar à agricultura e pecuária, estas inaugurando uma nova era de prosperidade, dando mais força, ainda, ao desejo de emancipação do distrito - que crescia, ganhava personalidade e, por fim venceu a luta, referendada pela Lei Estadual n° 4730, de 24 de junho de 1963, a qual criou o Município, possibilitando ao seu povo eleger, já na eleição daquele ano, o seu primeiro prefeito e a sua Câmara de Vereadores, instalando-se a 23 de novembro de 1963.

#### REQUERIMENTO N° 3138

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política e administrativa do município de Marmeleiro, dia 25 de novembro de 1991.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) JOÃO ARRUDA

#### JUSTIFICATIVA:

Pela Lei Estadual n° 4245, de 27 de julho de 1960, o Governador Moysés Lupion elevou à categoria de município, nada menos de cinquenta e seis (56) distritos, dos quais sete (7) pertenciam à região Sudoeste paranaense, entre estes o de Marmeleiro, desmembrado de Francisco Beltrão. Instalou-se Marmeleiro a 25 de novembro de 1961. Sua boa produção agrícola e de suínos, permitia-lhe destacar-se favoravelmente no contexto municipal. A extraordinária politização do povo sudoestino, marcada indelevelmente em toda a área de influência de Francisco Beltrão, gerou o sentimento emancipacionista do antigo distrito, alcançado pela sua população ativa depois de grandes lutas parlamentares. Ao longo de sua vida, o município de Marmeleiro tem buscado provar que os pioneiros estavam com a razão ao desejá-lo dirigindo seu próprio destino, mantendo-se em ativa e rentável participação no processo econômico regional e do Estado.

## REQUERIMENTO N° 3146

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção nos anais desta Assembleia, de voto de congratulações à população de São Jorge d'Oeste, pelo transcurso da data comemorativa de seus vinte e oito anos, dia 23.11.91, bem como o envio de expediente ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

## JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade saudar todos aqueles que no transcurso desses vinte e oito anos fizeram de São Jorge d'Oeste um município progressista e hospitaleiro.

Certos de que São Jorge saberá festejar com merecido destaque tão importante data para seus munícipes, finalizamos a presente, orgulhosos de saber que, afora todas as dificuldades, São Jorge d'Oeste saberá dar continuidade aos caminhos que conduzem à justiça social e ao progresso.

Prefeito Municipal: JUAREZ JORDANI  
Prefeitura Municipal de São Jorge d'Oeste - CEP 85.575

Presidente da Câmara Municipal:

JOÃO DARCI DE OLIVEIRA

Câmara Municipal de São Jorge d'Oeste - CEP 85.575.

## REQUERIMENTO N° 3147

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção nos anais desta Assembleia, de voto de congratulações à população de Ampère, pelo transcurso da data comemorativa de seus trinta anos, bem como o envio de expediente ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

## JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade saudar todos aqueles que no transcurso desses trinta anos fizeram de Ampère um município progressista e hospitaleiro.

Certos de que Ampère saberá festejar com merecido destaque tão importante data para seus munícipes, finalizamos a presente, orgulhosos de saber que, afora todas as dificuldades, Ampère saberá dar continuidade aos caminhos que conduzem à justiça social e ao progresso.

Prefeito Municipal de Ampère:

FLÁVIO JOSÉ PENSO

Prefeitura Municipal de Ampère - CEP 85.640

Presidente da Câmara Municipal:

HELIO MANOEL ALVES

Câmara Municipal de Ampère - CEP 85.640.

## REQUERIMENTO N° 3148

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inserção nos Anais desta Assembleia de VOTO DE CONGRATULAÇÕES a população de VITORINO pelo transcurso da data comemorativa de seus 30 anos de emancipação, bem como o envio de Expediente ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

## JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade saudar todos aqueles que no transcurso destes 30 (TRINTA ANOS) fizeram de VITORINO um Município progressista e hospitaleiro. Certos de que VITORINO saberá festejar com merecido destaque tão importante data para seus munícipes, finalizamos a presente orgulhosos de saber que, afora todas as dificuldades, VITORINO saberá dar continuidade aos caminhos que conduzem à justiça social e ao progresso.

PREFEITO MUNICIPAL:

WILSON JOSÉ FELINI BARBOSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO - CEP.: 85.520

PRESIDENTE DA CÂMARA: ACIR VITORINO SOARES  
CÂMARA MUNICIPAL DE VITORINO - CEP.: 85.520

## REQUERIMENTO N° 3149

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inserção nos Anais desta Assembleia de VOTO DE CONGRATULAÇÕES a população de Renascença pelo transcurso da data comemorativa de seus trinta anos de emancipação, bem como o envio de Expediente ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

## JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade saudar todos aqueles que no transcurso destes 30 (TRINTA ANOS) fizeram de Renascença um Município progressista e hospitaleiro. Certos de que Renascença saberá festejar com merecido destaque tão importante data para seus munícipes, finalizamos a presente orgulhosos de saber

que, afora todas as dificuldades, Renascença saberá dar continuidade aos caminhos que conduzem a justiça social e ao progresso.

PREFEITO MUNICIPAL DE RENASCENÇA:  
IVO BORTOLOTTI  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA - CEP.:  
85.610

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:  
CLENIO BEDIN  
CÂMARA MUNICIPAL DE RENASCENÇA: CEP.:  
85.610

#### REQUERIMENTO N° 3123

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. JOSÉ MOACIR FAVETTI - DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando urgentes providências no sentido de que sejam procedidos reparos e adequação do prédio da Delegacia e Cadeia Pública de Maringá.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) JOÃO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

O presente se faz necessário sua apresentação tendo em vista correspondência remetida pelo Ilustríssimo Senhor Aristides Mossambani, vereador da cidade de Maringá, onde afirma que o prédio que abriga a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública daquele município, encontra-se em precário estado, não apresentando as mínimas condições de segurança, no que diz respeito a permanência dos presos.

A precariedade da atual delegacia de polícia somente contribui para aviltar os prisioneiros, sem qualquer condição de reformar o condenado.

O intenso movimento de presos, inclusive os que aguardam sentença e os que, sentenciados, não podem ser transferidos para a Capital, face ao excesso de população carcerária de nossos presídios, tem gerado uma preocupação constante a população e às autoridades locais.

Atualmente, as prisões são escolas onde se aperfeiçoam marginais, onde os mesmos coordenam grupos fora e dentro dos próprios presídios. Dessa forma, é preciso criar espaço hábil para abrigar a todos, de acordo com as necessidades corretivas da pena, sem representar o pagamento do mal com o mal, uma retribuição contra o crime.

Neste sentido, urge o problema por uma posição das autoridades, que venha, efetivamente, adequar aquele prédio em condições favoráveis às exigências que se impõem.

#### REQUERIMENTO N° 3131

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base do disposto no artigo 54, XXXIV da Constituição do Estado, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a convocação da Secretaria de Estado da Cultura, Gilda Poli Rocha Loures, para expor e debater com este Legislativo a política do Estado do Paraná na área de cultura e as diretrizes de ação da Fundação Teatro Guaíra no que tange à sua administração, desenvolvimento de projetos e captação e aplicação de recursos.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(aa) DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

OVIDIO CONSTANTINO

Apoio: Algaci Túlio.

#### REQUERIMENTO N° 3124

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. ROBERTO REQUIÃO - DD. GOVERNADOR DO ESTADO, substanciado em apelo para que, através do órgão competente, sejam destinados recursos para a implantação e montagem de uma Escola Profissionalizante do ramo de confecções de roupas e artigos de couro em geral no município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) JOÃO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

Pretende-se com a presente medida, incentivar a instalação de indústrias ligadas ao setor confecções e artigos de couro em geral, para que sejam, ao máximo exploradas as riquezas materiais da região, o que implicará incontinenti, no almejado desenvolvimento regional, que se viu prejudicado com o êxodo da população trabalhadora para os grandes centros em busca de novos empregos.

O processo migratório que atingiu a região, influiu decisivamente no desenvolvimento econômico, social e político, por ter provocado a falta de mão-de-obra especializada.

A necessidade de aprimorar cada vez mais, as técnicas no setor é indispensável a formação de pessoas com capacidade adequada, que certamente estarão propensas a contribuir para um setor mais forte, numa região onde a pecuária é predominante, fator que gera grande produção de matéria prima.

A considerar que uma das mais importantes diretrizes da administração pública, em seu Programa de Governo, é a fixação do trabalhador em seu município, e sabendo das dificuldades enfrentadas pela



população em relação ao desemprego, é que solicitamos sejam tomadas as providências necessárias para o atendimento do presente pedido.

## REQUERIMENTO Nº 3126

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde, NIZAN PEREIRA, solicitando a liberação de recursos financeiros, para a aquisição de uma ambulância para o Município de Corumbataí do Sul.

A solicitação em tela, se atendida irá proporcionar à área de saúde do Município postulante, melhores condições de atendimento em termos de Saúde Pública, notadamente será elevado o nível da qualidade, com um pronto atendimento.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) TOTI COLAÇO

## REQUERIMENTO Nº 3127

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde, NIZAN PEREIRA, solicitando a liberação de recursos financeiros, para a aquisição de uma ambulância para o Município de Teixeira Soares.

A solicitação em tela, se atendida irá proporcionar à área de saúde do Município postulante, melhores condições de atendimento em termos de Saúde Pública, notadamente será elevado o nível da qualidade, com um pronto atendimento.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) TOTI COLAÇO

## REQUERIMENTO Nº 3128

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança, MOACIR FAVETTI, solicitando a liberação de recursos financeiros, para a aquisição de uma viatura policial para o Município de Prudentópolis.

Com a aquisição do equipamento ora em pauta, os Policiais do Município postulante terão uma ação policial muito mais efetiva no combate à criminalidade local, haja vista que, os marginais encontram-se cada vez mais equipados para o cometimento dos crimes.

Por certo, a Municipalidade ficará muito mais tranqüila no que concerne à Se-

gurança Pública, se o solicitado for atendido.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) TOTI COLAÇO

## REQUERIMENTO Nº 3129

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde, NIZAN PEREIRA, solicitando a liberação de recursos financeiros, para a aquisição de uma ambulância para o Município de São João do Triunfo.

A solicitação em tela, se atendida irá proporcionar à área de saúde do Município postulante, melhores condições de atendimento em termos de Saúde Pública, notadamente será elevado o nível da qualidade, com um pronto atendimento.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) TOTI COLAÇO

## REQUERIMENTO Nº 3139

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando atribuições conferidas pelo Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, o envio de expediente oficial aos Excelentíssimos Senhores Deputados Federais do Estado do Paraná, solicitando empenho de toda bancada, e de cada parlamentar em particular, tendo em vista ao justo pleito de 147% de reajuste a todos os aposentados do País, previsto constitucionalmente, garantido por decisões isoladas da Justiça, que podem e devem ser confirmadas, prevalecendo a vontade do legislador Pátrio quando coloca-se ao lado das justas reivindicações populares.

Outrossim, solicita que no documento seja anexado cópia de requerimento apresentado pelo vereador Mateus Ferreira Leite, aprovado pelo Câmara Municipal de Francisco Beltrão, que ilustra, esclarece e justifica a questão.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) JOÃO ARRUDA

## CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Francisco Beltrão - Paraná

Proposição nº

Autor: MATEUS FERREIRA LEITE - PDS

Forma: REQUERIMENTO

Submetido à Plenário em: 18.11.91.

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO-PR.

MATEUS FERREIRA LEITE, membro desta Casa Legislativa, respeitosamente vem perante Vossa Excelência, no uso de suas

atribuições legais, REQUER após apreciação dos Dignos pares desta Augusta Câmara, a expedição de correspondência ao Exmo. Sr. JOÃO BATISTA ARRUDA Digníssimo Deputado Estadual de nosso Estado, no sentido de formalizar pedido junto a Assembléia Legislativa para que se posicione e gestione favoravelmente ao pleito de 147% aos aposentados e pensionistas em contravérsia jurídica com o INSS e a União Federal.

Pede deferimento.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Francisco Beltrão, em 18.11.91.

(a) MATEUS FERREIRA LEITE  
Vereador

#### JUSTIFICATIVA:

Ao advento do novo ordenamento jurídico, originado com a promulgação em 05 de outubro de 1988 da nova Constituição Federal, entre seus dispositivos, consagrou o seguinte:

Art. 201 ...

§ 2º - É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes o caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei. (Destacamos).

O texto não poderia ser de melhor clareza.

O Constituinte imaginou e instituiu um texto de inabalável solidez, ou seja: assegurou o direito de aposentados e pensionistas terem seus benefícios preservados mediante reajustes que mantenham seus valores reais.

O texto não deixa qualquer margem de dúvidas acerca da isonomia de tratamento com outras categorias sociais como os trabalhadores em geral, a quem também é assegurado reajustes salariais que lhe preservem o poder aquisitivo. Este poder aquisitivo corresponde exatamente ao caráter permanente e valor real que os reajustes devem assegurar aos aposentados e pensionistas. (Art. 7º, IV e 201, § 2º respectivamente - C.F.).

E esta linha de raciocínio é a mesma que tinha o Poder Executivo Federal e o próprio INSS até agosto deste ano, quando fazia constar nos próprios carnês dos beneficiários o nº de salários a que correspondia o valor do benefício mensal.

Para que não se possa argüir que a Lei a ser instituída por força do § 2º do Art. 201, C.F., "in finis", pudesse disciplinar contrariamente, fica desde logo rechaçado, eis que qualquer posicionamento jurídico contrário tropeça irremediavelmente na inconstitucionalidade. E deste vício é que está acometido o inciso II do Art. 41 da Lei 8213 de 24 de julho de 1991.

Inúmeras instâncias inferiores da Justiça Federal já decidiram favoravelmente pelo reajuste de 147% ou seja na mesma equivalência concedido aos reajustes sala-

riaes no País. No Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Ceará, etc).

O próprio Superior Tribunal de Justiça por seu Ministro Hêlio Mosimann, negou pedido de liminar apresentado pelo Sub-Procurador da Justiça José Arnaldo da Fonseca contra o reajuste de 147% que vem sendo deferido por inúmeras Instâncias da Justiça Federal.

Há que ressaltar-se que a controvérsia estabelecida, apesar de já estar sendo corrigida em Instâncias Inferiores da Justiça Federal, lamentavelmente não se pode assegurar que toda coletividade beneficiária será beneficiada com tais medidas, pois muitas delas, reparam e protegem somente pequenas parcelas de Autores das respectivas Ações, ou seja aqueles que acorreram e contrataram profissionais para postular sobre seus exclusivos interesses.

#### ISTO POSTO

É imperativo que além de posicionamento e gestão favorável ao reajuste de 147% nos benefícios dos aposentados e pensionistas, retroativo a setembro de 1991, lute - por uma medida administrativa, urgente e abrangente em favor da coletividade previdenciária lesada.

Era o que tinha a dizer.

Sala das Sessões, da Câmara Municipal de Francisco Beltrão, 18.11.91.

(a) MATEUS FERREIRA LEITE  
Vereador

#### REQUERIMENTO Nº 3140

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário Estadual da Educação, solicitando a regularização funcional dos Orientadores Educacionais, com registro do MEC, que prestaram concurso para outra disciplina, e que atualmente vem exercendo as funções na orientação educacional, conforme sua formação pedagógica.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI  
PAULO MAIA

#### REQUERIMENTO Nº 3141

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente oficial ao digno Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Vice-Governador Mário Pereira, solicitando providências para construção de pelo menos duas lombadas na rodovia Praia de Leste - Pontal do Sul, na altura das entradas dos



balneários Santa Terezinha e Guarapari, com o intuito de melhorar a segurança dos moradores e viajantes.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) JOÃO ARRUDA

#### JUSTIFICATIVA:

Moradores residentes e proprietários de casas de veraneio nos balneários Santa Terezinha e Guarapari, localizados ao longo da rodovia entre Praia de Leste e Pontal do Sul, mantiveram longa e interessante palestra conosco, durante a qual relataram o perigo crescente a que se sujeitam, muito especialmente nos finais de semana, pelo abuso (criminoso, às vezes) de motoristas mal formados os quais pela inconsequente volúpia da velocidade, colocam sério risco à integridade física e a própria vida de adultos e crianças.

Generaliza-se nos locais de lazer - como nas estradas e nas cidades - o abuso de uma certa elite que, alheia ao direito de todos, constrange a maioria à sua torpe indisciplina.

Isso exige, pois, uma medida de coerção ativa que à guisa de retro-constrangimento, elimine o abuso.

Assim, em nome dos reclamantes apresentamos o presente requerimento, pedindo manifestação desta Casa Legislativa, solicitando o urgente estudo para viabilizar a construção de, pelo menos, duas lombadas, na altura das entradas dos balneários antes citados.

Estamos certos que as ponderações e o pedido merecerão acolhida, pois a medida evitará sérios problemas futuros.

#### REQUERIMENTO Nº 3133-A

SÚMULA: Requer encaminhamento de pedido de informações junto à Secretaria de Estado da Educação, necessárias à complementação do Projeto de Lei nº 501/91, que introduz a disciplina DIREITOS DA CIDADANIA como obrigatória nos currículos de Ensino de 1º e 2º graus, das Escolas Públicas do Estado do Paraná.

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei nº 501/91, ao final subscritos, REQUER na forma prevista pelo Artigo 28, Inciso XIII, combinado com o Artigo 131 ambos da Resolução nº 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar à Secretaria de Estado da Educação, para que a mesma proceda a apreciação e manifeste seu parecer acerca dos aspectos da matéria.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO  
ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 3150-A

SÚMULA: Requer encaminhamento de pedido de informações junto ao Tribunal Regional Eleitoral, necessárias para que sejam reafirmadas informações já atendidas, porém conflitantes, sendo que foram enviadas duas certidões com número de eleitores diferenciados em cada uma delas; o Projeto de Lei referido, cria o Município de Arapuan, desmembrado do Município de Ivaiporã.

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relator, do Projeto de Lei nº 238/91, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo Artigo 28, Inciso XIII, combinado com o Artigo 131, ambos da Resolução nº 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar ao Tribunal Regional Eleitoral a fim de que se reafirme informação anterior do seguinte requisito, exigido na Lei Complementar nº 56, em seu Artigo 2º, inciso II, ou seja:

Inciso II - Eleitorado não inferior à 20% (vinte por cento) da população.

Assim sendo encaminho a Vossa Excelência informações já recebidas.

19.08.91 - 2841 eleitores

02.07.91 - 1571 eleitores

No aguardo de sua habitual atenção, apresento os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO  
ROSSONI.

#### REQUERIMENTO Nº 3150-B

SÚMULA: Requer encaminhamento de pedido de informações junto ao Instituto de Geografia e Estatística, necessárias à complementação do Projeto de Lei nº 238/91, que cria o Município de Arapuan, desmembrado do Município de Ivaiporã.

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relator, do Projeto de Lei nº 238/91, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo Artigo 28, Inciso XIII, combinado com o Artigo 131, ambos da Resolução nº 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a fim de que sejam averiguados os seguintes requisitos exigidos na Lei Complementar nº 56, em seu Artigo 2º, incisos I e III, ou sejam:

I - população estimada superior a 5000 (cinco mil) habitantes;

II - centro urbano já constituído com número de casas superior a 100 (cem).

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO  
ROSSONI.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 074/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - O Art. 1° da Resolução n° 066/89, de 07 de março de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita do Distrito Administrativo de IV Centenário e do Distrito Administrativo de Bandeirantes D'Oeste, no Município de Goioerê, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de IV Centenário.

Ponto inicial e final: foz da Água Bela no rio Piquiri. Do ponto inicial sobe pela Água Bela até a rodovia PR-180, sobe por esta até a rodovia municipal GO-119, segue por esta até encontrar o ramal RC, seguindo deste ponto até o rio Caracol, desce por este até a divisa das glebas 23 (inclusive) e 15 (exclusive) da colônia Goioerê, deste ponto rumo sul pela divisa das referidas glebas até encontrar o rio Comissário, pelo rio Comissário abaixo até sua foz no rio Ronquito, desce por este até a foz no rio Piquiri, desce por este até a foz da Água Bela, ponto inicial e final".

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) NILTON BARBOSA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 075/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Ficam ratificados os termos do Acordo que extingue o litígio constante nos Autos de Ação Ordinária n° 8.874/90, firmado perante o juízo de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas, da Comarca de Curitiba, entre o Estado do Paraná, o Município de Curitiba, o Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., (em regime de liquidação extrajudicial), o Banco do Estado do Paraná S.A., e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, juntamente com a Companhia de Desenvolvimento de Curitiba S.A.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) ERONDY SILVERIO

JUSTIFICATIVA:

Tratando-se de acordo judicial que extingue o litígio constante dos Autos da

Ação Ordinária n° 8.874/90, originário de Convênio datado de 13 de maio de 1982, e termos aditivos firmados em 20 de junho de 1985 e 13 de julho de 1985, devidamente homologado por esta Assembléia e considerando que o presente acordo, para todos os efeitos, é o desfecho final dos pactos anteriormente assentados, se nos parece óbvio que, à luz do disposto no inciso XXI, do Art. 54, da Constituição Estadual, o Poder Legislativo deva se manifestar.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 529/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a realizar procedimentos com a finalidade de construir uma rodovia pavimentada, interligando Maringá a Faxinal dos Mendes, no Município de Tibagi, com pistas duplas nos dois sentidos.

Parágrafo Único - Dentro do prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da publicação da presente lei, o Poder Executivo baixará normas para a execução da presente lei, podendo, entre elas, estabelecer que parte ou o total das despesas de construção dessa rodovia serão ressarcidas através de cobrança de pedágios.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 20.11.91.

(a) JOSÉ ALVES

PROJETO DE LEI N° 530/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica incorporada a área territorial do Município da Lapa, abaixo descrita, ao Município de Contenda.

"Começa na formação do Rio do Poço (encontro das águas do arroio Laranjeira, Ribeirão da Lavrinha e Rio da Cachoeira), subindo pelo Rio da Cachoeira até encontrar a foz do Rio dos Cachos, pela qual sobe até sua nascente, daí segue pelo divisor das águas dos Rios Iguaçu e Várzea, sentido noroeste, até a nascente do Rio Turvo, e por este abaixo até sua foz no Rio Iguaçu, pelo qual desce até a foz do Arroio Passo da Guarda. Deste ponto sobe pelo mesmo, até sua nascente de onde, por uma linha seca alcança a nascente do Arroio Passo da Cruz e por este abaixo até encontrar o Rio dos Cardosos. Deste ponto do Rio dos Cardosos abaixo, segue até a estrada lapa-quitandinha. Finalmente por uma linha seca de aproximadamente 9.400 (nove mil e quatrocentos) metros até en-

contrar a formação do Rio do Poço, ponto de partida".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 20.11.91.

(a) ROSSONI

Apoio: Nelson Justus

JUSTIFICATIVA:

Desde sua emancipação, o Município de Contenda possui "de fato" as áreas pretendidas neste Plano de Lei que estamos apresentando, conforme ampla documentação que anexamos.

Inclusive todos os serviços foram executados pela Prefeitura de Contenda, tais como conservação de estradas, eletrificação rural, postos de saúde, posto telefônico, escolas etc.

Todos os próprios públicos existentes na área pertencem à Prefeitura Municipal de Contenda, como poderá ser constatado pela documentação anexa.

A população existente na área mencionada, é toda ela assistida pela Prefeitura Municipal de Contenda, desde a emancipação do Município em 1951.

Todos os eleitores da área pertencem ao Município de Contenda, conforme comprova-se com o número de títulos eleitorais, firmados pelos mesmos e reconhecidos pelo cartório competente.

Trata-se, Senhores Deputados, de simples ato para corrigir um engano feito quando da criação do Município de Contenda, onde até a principal avenida de sua sede pertence ao Município da Lapa.

O próprio Senhor Prefeito Municipal tem sua residência no centro de Contenda, com a divisa atual dividindo ao meio sua propriedade, pertencendo portanto aos dois Municípios.

Para solucionar esta pendência e corrigir o engano, inclusive quanto a recebimento de quotas do F.P.M., e I.C.M.S., esperamos a aprovação deste Plano de Lei.

No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado João Preis.

O SR. JOÃO PREIS - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Num País castigado por graves problemas, todos nos acostumamos à oratória da crise. Mas, no Paraná, cujo padrão de vida está entre os melhores do País, a população de Maringá, quer falar em outro tom, muito mais animado e confiante. Dentro da realidade, sem ilusões, mas certo de que é possível delinear, apesar do esforço, um perfil de crescimento.

Maringá, a Cidade Canção, quer entoar um hino ao progresso!

Maringá, possui atualmente 250 empresas de tecelagem, fiações de seda e de al-

godão, atacadistas e cerca de 1500 indústrias de fundo de quintal ligadas ao Programa Nosso, que se destacam no aproveitamento de grande contingente de mão-de-obra existente na região.

Em questão da matéria-prima, dentro do Estado do Paraná, Maringá produz 45% de algodão e 67% de seda, cujos números a nível nacional correspondem a 19% do algodão e 55% dos casulos de seda do Brasil.

O vertiginoso progresso apresentado pelo Município que tem sido polarizador nesta área, que se encontra localizado em posição geograficamente privilegiada, que já exporta grande parte da sua produção de confecções para a Europa, Estados Unidos, deverá ter reflexos de grande influência para colocá-lo em vantagem nas novas relações comerciais que se abrem com a integração do conesul.

E o comércio exterior tem sido o responsável pelo reequilíbrio econômico, e por que não dizer, pelo enriquecimento de vários países.

O Paraná, mais uma vez pode ser exemplo para o Brasil, ao trilhar por este caminho, se quiser sair do Estado de miseria- bilidade cada vez mais generalizado, e se os empresários desejarem que seus mercados não oscilem tanto ao sabor dos pacotes e políticas econômicas vacilantes, que são, em média, duas vezes ao ano.

Os especialistas têm afirmado categoricamente que ao se estabelecer em Maringá, um pólo de exportações nos setores de vestuário e de calçados, poderemos estar servindo de modelo para outras regiões do País.

Algodão, seda e couro, que fazem parte do setor de manufaturados, compõem a maioria das oportunidades que podem ser voltadas às exportações.

O Brasil é o sexto produtor mundial de algodão em caroço. E a região de Maringá aparece como a maior produtora de algodão em caroço do País.

O Brasil ocupa a quinta posição no cenário mundial como criador de bicho-da-seda, cabendo à região de Maringá a primeira colocação no ranking nacional.

Maringá é responsável por 42% de toda produção regional de couro bovino.

Com as escolas profissionalizantes, no setor de couro, a serem implantadas na região, o que se pretende é formar um pólo calçadista e de acessórios em couro.

Com as dificuldades que a indústria do vestuário vem passando, tendo que dar férias coletivas para os funcionários, nas vésperas da época do Natal, ocasião em que mais se vende, o que propomos é uma forma de incentivar todos os envolvidos no setor.

Tudo que existe hoje, na jovem Maringá, que tem menos de 50 anos, é fruto do

trabalho e do esforço dos pioneiros e das gerações que com garra os sucederam, por isso, o nosso projeto nada mais é que o reconhecimento ao brilhante trabalho desenvolvido pela comunidade maringense.

Hoje, já existe um centro atacadista de vendas - o Vest-Sul - criado e construído para ser um pavilhão permanente de exposição de confecções, onde se realiza a venda direto da fábrica ao consumidor, fruto do trabalho de 43 expositores, onde se destacam grifes de alto nível e conceito - nacional e internacional, que já têm seus produtos expostos nas principais capitais do País e no exterior, tendo atendido em média, 300 ônibus de turistas a cada final de semana.

Por tudo isso, é com enorme satisfação, que hoje aqui estou, para submeter à apreciação deste Plenário, o projeto que cria a "Semana da Moda do Paraná", intitulado Maringá como "Capital da Moda", numa justa homenagem ao seu povo trabalhador.

Pretendemos que Maringá, a nossa Cidade Canção, com essa homenagem, entoe merecidas canções, ao mundo da moda, trazendo prosperidade ao seu povo!

Muito obrigado.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Eu gostaria de registrar a presença da Vereadora Celina Sitti, da cidade de Morretes e única representante do sexo feminino no litoral paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência sente-se honrada com a presença da nobre Vereadora Celina Sitti, legítima representante do povo da nossa querida Cidade de Morretes.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados. O noticiário da imprensa nacional publica a informação de que o Governo Federal está buscando novas fórmulas para o financiamento do programa habitacional, depois que os recursos destinados à casa própria desapareceram na insolvência, do Sistema Financeiro da Habitação e na destinação diferente dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

A recente solenidade de lançamento do Fundo de Investimento Imobiliário, procedida pelo Presidente da República tem o sentido de compensar a completa paralisação do Programa Habitacional. Mas os novos fundos, captando dinheiro no mercado e a juros de mercado, na minha opinião, de nada adiantarão. Por certo irão se restringir ao financiamento de imóveis para uso comercial, industrial, ou então imóveis de alto luxo, que foi o caso da dissipação

dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Nunca, esse dinheiro captado irá para construção de apartamentos e casas residenciais.

No entanto a construção de habitações é fundamental para o País. Primeiro, porque a construção civil absorve a maior parte da força de trabalho não qualificada, gerando cerca de 8% dos empregos do País. No Brasil, que se urbaniza rapidamente e onde a demanda de empregos é agravada pela baixa qualificação da mão-de-obra, torna-se de vital importância, encontrar um meio de absorver os contingentes liberados da zona rural; de jovens entrados na idade adulta e mesmo de pessoas dispensadas por outros econômicos. Tanto que o ex-Ministro Roberto Campos confessava que a criação do antigo Banco Nacional de Habitação ocorreu mais para dar empregos, do que para ofertar casa própria.

Mas a oferta de moradia também é um item fundamental em qualquer país, principalmente numa sociedade como a brasileira, onde, segundo o Presidente da Caixa Econômica Federal, há um déficit de dez milhões de moradias.

Precisamos construir seis milhões de casas populares e cerca de quatro milhões de unidades unifamiliares ou blocos de apartamentos para a classe média, dentro do programa de financiamentos habitacionais, apenas no período presidencial em curso, isto é, até 1994.

A casa própria, além de ser um fator de estabilidade social e familiar, é um importante motivador do desenvolvimento de uma nação. Porque um chefe de família que disponha da moradia particular para os seus dependentes, adquire um sentido amplo de realização pessoal, dispondo-se a mostrar iniciativa e motivação, fatores que aceleram poderosamente a criação da riqueza comum.

Mesmo com déficits apontados, o Brasil possui uma elevada estimativa de casas próprias, da ordem de 60% das famílias, índice que em Curitiba sobe para 64%. O problema é que tais unidades habitacionais muitas vezes são de baixo padrão, não justificando sua classificação como moradia familiar, por se situarem em favelas, cortiços ou casebres rurais.

Para financiar a construção de casas populares e da classe média, o Governo Federal quer encontrar a solução mais cômoda: a criação de novos impostos.

Normalmente, quer impor um imposto de 35% sobre o lucro na transferência de imóveis que tenham sido financiados pelo Sistema Financeiro da Caixa Econômica, ou de um agente financeiro que utilize a caderneta de poupança, ao vender o bem será obrigado a recolher 35% como imposto especial. Quer dizer, é mais um sacrifício no

bolso do brasileiro, especialmente no bolso daqueles que têm o seu imóvel adquirido pelo Sistema Financeiro Habitacional.

Esse dinheiro irá compor um novo fundo habitacional previsto pelo Governo, que ainda deseja buscar recursos no mercado, por lançamento de debêntures, conversão da dívida externa e lançamento de letras hipotecárias.

É interessante que o Governo Federal busque alternativas de financiamento para a produção de unidades habitacionais. Agora o que aconteceu com os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, da ordem de 40 bilhões de dólares, que daria perfeitamente para cobrir o déficit de moradias e agora o Governo busca novos recursos?

Mas, como vimos, o ex-Ministro Roberto Campos criou, na década de 1960, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço com o confessado propósito de financiar o Sistema Habitacional. Se o FGTS existe até hoje, por que ele não está cumprindo a sua finalidade?

Será que é porque seus recursos foram desviados para outros fins, entre eles a cobertura de déficits de caixas governamentais ou o custeio de programas administrativos? Simplesmente o dinheiro do FGTS sumiu e agora o Governo quer encontrar outras alternativas.

Tanto que no Congresso há o propósito de uma CPI para investigar a gestão do FGTS, que deveria estar com um acumulado de perto de 40 bilhões de dólares.

Pelo encaminhamento destes recursos para outras tarefas o País deixou de construir, nos últimos dez anos, cerca de um milhão de casas, agravando a condição de moradia e de geração de empregos.

O grave nisso tudo é que o desvio de recursos de finalidade legal e definida continua e o setor habitacional e imobiliário continua em estado crítico.

O Brasil só tomará feição de nação adulta quando aprender a cumprir as próprias leis com espírito público e senso de justiça".

Nós esperamos que o Congresso Nacional, através dessa CPI que foi instalada e instaurada para verificar o destino do dinheiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, cumpra com as suas finalidades e se o Governo desviou esses recursos para outros fins ou cobriu o seu déficit de caixa, que o Governo seja obrigado, sem sobrecarregar a população ainda com maiores impostos, seja obrigado a repor esse dinheiro para que o programa de construção de habitações não sofra solução de continuidade.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pe-

queno Expediente, com a palavra, o Senhor Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acredito que todos os Deputados, assim como eu, tenham recebido em seus gabinetes, uma carta do Governador. Em anexo, acompanha um relatório onde ele tece críticas, a respeito da sociedade com o BANESTADO e o BAMERINDUS na Paraná Seguros. Ele manda uma carta, em anexo, que diz o seguinte:

"Senhor Deputado, levo ao conhecimento de Vossa Excelência o preocupante relatório sobre a situação da Paraná Companhia de Seguros. Precisamos deflagrar a ação competente e rápida. O Governo espera mobilizar seu espírito público e obter seu apoio para pôr um fim a essa situação. Dinheiro do povo, é dinheiro sagrado. Cordialmente - Roberto Requião".

Ele manda aqui, uma análise do relatório KPMG sobre um estudo de viabilidade para reestruturação da Paraná Seguros. Na introdução desse documento, diz o seguinte:

"As considerações apresentadas a seguir, configuram resumo da apreciação do relatório da KPMG que trata da reestruturação organizacional da Paraná Companhia de Seguros. Dita reestruturação, na verdade, significa muito mais do que um rearranjo organizacional, representando a base onde poderá ser acertado o novo acordo societário. Procurou-se uma abordagem simplificada para facilitar a tomada de decisão com respaldo nos pontos realmente importantes da questão".

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Os representantes do povo paranaense nesta Assembléia têm o dever de bem representá-lo, de contribuir para que os negócios públicos no Paraná sejam revestidos de toda a lisura e transparência. Essa é a função elementar desse Legislativo, que sempre tem se pautado com o maior discernimento e equilíbrio.

O Senhor Governador Roberto Requião agora convoca os membros desse Poder para que, em conjunto, defina-se qual é o melhor caminho para a Paraná Companhia de Seguros, constituída com a participação do BANESTADO, do BAMERINDUS e da Colônia Nordstern.

Ao fazer essa convocação, o Governador Roberto Requião, como de seu estilo, investe contra o Senador José Eduardo de Andrade Vieira, ex-Presidente do Grupo BAMERINDUS, pretendendo transformar um relatório técnico sobre a situação da Paraná Seguros em um documento que supostamente revelaria os negócios do Senador.

O nosso quixotesco Governador, acostumado a investir contra moinhos de vento,

imagina que do alto da sua auto proclamada sapiência pode ludibriar a inteligência deste Parlamento, induzindo os seus membros a coonestar as suas desvairadas elucubrações mentais, com as quais tenta mistificar a realidade dramática de seu Governo, incapaz e solerte, mesquinho e incompetente, na tentativa de transferir a culpa de seu fracasso a imaginários inimigos seus e do povo.

O BANESTADO, infelizmente enfrenta uma situação de extrema dificuldade, causada pela leviandade com que são geridos os seus negócios, pelo rombo provocado pela escandalosa orgia de gastos promocionais com a finalidade de projetar nacionalmente uma suposta liderança emergente do cidadão Roberto Requião, eventualmente e lamentavelmente cingido à condição de Governador do Paraná, para desilusão e desespero dos paranaenses.

Audacioso, tem a petulância de encaminhar a esse Legislativo, tem a petulância de encaminhar a este Deputado, pelo Ofício ATG 0255/91, de 14 do corrente, um, segundo ele, preocupante relatório sobre a situação da Paraná Companhia de Seguros, para a qual, segundo enfatiza, "precisamos deflagrar ação competente e rápida", para o que, segundo assinala, "o Governo espera mobilizar seu espírito público e obter seu apoio para pôr fim a esta situação".

Bem fascitóide. Eu, de minha parte, não preciso ter meu "espírito público" mobilizado pelo Governo, porque independente dele, estou sempre atento aos reais e relevantes interesses do nosso Estado, atento na busca da verdade dos fatos e não das verdades engendradas pelos áulicos do poder.

Pois encaminha-nos o Governador Requião um documento datado de 3 de novembro, intitulado "Relatório sobre a reestruturação da Paraná Cia de Seguros", com ajustes efetivados em função da reunião do Grupo de Trabalho e Coordenação, com os Senhores Hermann Arnhofer e Ivair Lúcio Soares, em 4 de novembro de 1991, e na mesma folha, circundado por um traço forte a expressão "OS ESTRANHOS NEGÓCIOS DO SENADOR EDUARDO VIEIRA".

Infelizmente nós, nesta Casa, recebemos os ajustes efetivados sobre o relatório mencionado. Por isso ficamos sem condição de saber se no documento original, em algum ponto, se faz menção a estranhos negócios do Senador Andrade Vieira, que deve ser o mesmo que o povo do Paraná conhece por José Eduardo. Aí já fica uma indagação: de que astúcia estaria se valendo o Governador Requião para nominar Senador Andrade Vieira e não Senador José Eduardo? Soaria estranho se de uma hora para outra começássemos a alcunhá-lo como Governador Mello e Silva, sobrenome dos mais dignos

que o Governador renega.

Notável é que o documento enviado a esta Casa, em papel timbrado do BANESTADO, essa folha de rosto a que me refiro, seja datada de 03 de novembro de 1991, e que a reunião para os ajustes tenha sido realizada em 04 de novembro. Impressionante a velocidade com que se move esse Governo, velocidade da luz que lhe permite regredir no tempo, e de saber hoje o que se define amanhã.

Pois bem. Tirante essas digressões, o que é que temos na realidade?

Segundo o documento do Governador encaminhado a esta Casa, as considerações apresentadas a seguir, conforme consta da introdução, configuram resumo da apreciação do relatório da KPMG, que trata da reestruturação organizacional da Paraná Companhia de Seguros, assinalando-se que esta reestruturação, na verdade, significa muito mais do que um re-arranjo organizacional, representando a base onde poderá ser acertado um novo acordo societário. Diz ainda a introdução que, abre aspas, procurou-se uma abordagem simplificada, para facilitar a tomada de decisão com respaldo nos pontos realmente importantes da questão, fecha aspas.

Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o Governador Mello e Silva apela para o espírito público dos membros desta Casa para pôr fim à preocupante situação enfrentada pela Paraná de Seguros. E pretende que compreendamos o que realmente se passa, enviando-nos um resumo das apreciações do relatório da KPMG sobre a reestruturação da Paraná Companhia de Seguros.

Se o Governador Mello e Silva queria contribuição dos membros desta Casa, por que então, não nos encaminhou o dito relatório produzido pela KPMG? Teria se preocupado em não nos submeter a um documento enfadonho, ou teria pensado que um relatório altamente técnico estaria acima do alcance da nossa compreensão?

A pergunta que faço é a seguinte: O que é a KPMG? Responsável pela elaboração de tão famoso e complexo relatório do qual o Governador nos brinda com considerações que configuram um resumo de apreciação sobre dito documento.

Qual é a razão social dessa empresa, quais são seus diretores responsáveis, onde é a sua sede, qual o ramo ou ramos em que opera, e quem a contratou para realizar o estudo de reestruturação da Paraná Seguros? O BANESTADO, o BAMERINDUS, a Colônia Nordstern, o terceiro parceiro na sociedade?

Para que possamos dar resposta ao apelo do Governador de Mello e Silva é preciso que estejamos inteirados desses fatos, de quem contratou e de quem pagou dita análise, como também precisamos ter acesso



ao documento total produzido pela KPMG.

Quanto teria custado esse trabalho? teria a KPMG alguma ligação com o Senhor Rafael de Almeida Guimarães, que teria sido contratado por 23 milhões de cruzeiros para também analisar a situação da Paraná Seguros e apresentar uma solução?

O resumo da apreciação do relatório da KPMG foi feito por funcionários do BANESTADO, sob a coordenação dos Senhores Ney Camargo Machado Filho e Rubens Evangelista de Macedo. Precisamos saber quanto do relatório da KPMG contém esse resumo, e se ele espelha com fidelidade as constatações procedidas por essa empresa, como também precisamos saber o teor original desse resumo para confrontar com o texto encaminhado, resultado de ajustes efetivados em função da reunião do Grupo de Trabalho e Coordenação com os Senhores Hermann Arnhofer e Ivair Lúcio Soares, cujo papel nesse trabalho não foi explicado.

Somente de posse do relatório da KPMG e do texto completo da apreciação do Grupo de Trabalho, cuja solicitação por parte desta Assembléia requeiro agora, é que poderemos dar uma efetiva colaboração ao apelo do Governador Mello e Silva, é que poderemos entender por que, segundo a análise da situação atual, abre aspas, apesar de possuir um Conselho Administrativo e uma Diretoria própria, é evidente a dependência da Paraná em relação ao BAMERINDUS e que, sem um corpo técnico e administrativo próprio, a Paraná ampara, e se orienta pelas políticas do BAMERINDUS, fecha aspas.

Ora, Senhores, será que ao longo de tantos anos de parceria, não teve o BANESTADO condições de também amparar e orientar a política da Paraná Seguros?

O Senhor Governador de Mello e Silva pode mandar esses documentos completos, sem receio de que a sua análise vá constituir-se em tarefa por demais penosa para os membros desta augusta Casa.

O Sr. Colombino Grassano (Aparte) - Eu estou ouvindo atentamente o discurso de Vossa Excelência. O Governador atual devia responsabilizar o Senhor Alvaro Dias pela incompetência de seus representantes na Paraná Seguros, porque há dois Governos e esse é o terceiro Governo do PMDB e o PMDB é responsável pela situação, pela omissão e pela incompetência dos diretores do Estado que representavam o Estado do Paraná nessa Companhia de Seguros, porque o BAMERINDUS e a Companhia alemã, procuram colocar naturalmente as pessoas mais qualificadas para essa posição, porque é um cargo eminentemente técnico, o Diretor de Companhia de Seguros, não seria um burocrata qualquer que fosse representar muito bem o Estado do Paraná.

Então eu acho que Vossa Excelência devia cobrar era responsabilidade também do Governador Alvaro Dias, por terem indicado e até mesmo do Senador José Richa, por terem indicado pessoas não competentes para ocuparem cargos na Companhia Paraná de Seguros.

Era o que eu tinha a dizer a Vossa Excelência.

O SR. MARIO BEZERRA - Eu solicito da nobre Casa, dos nobres Deputados, que apoiem o meu requerimento, para que nós possamos ter elementos nas mãos, a fim de que possamos contribuir para com o Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado José Alves.

O SR. JOSE ALVES - Senhor Presidente, Senhora Deputada e Senhores Deputados.

Na nossa região de Maringá, em todo o norte do Estado e Noroeste, há um Movimento, já há vários anos. Lideranças políticas, Prefeitos, ex-Prefeitos vêm num trabalho pedindo uma nova estrada ligando o norte ao sul do nosso Estado. Inclusive, um trabalho do ex-Prefeito de Maringá, Said Ferreira, que já em tempos atrás, em audiência com o ex-Governador Alvaro Dias; e demais lideranças, também, já haviam trabalhado neste sentido.

E hoje, Senhores Deputados, nós estamos dando entrada na Casa de um projeto, autorizando o Senhor Governador a abrir concorrência para as firmas construtoras, aquelas que se habilitam, para um trecho de 160 quilômetros, que seria de Maringá à Faxinal dos Mendes. Hoje, nós temos, da Capital à Cidade de Maringá, 420 quilômetros. Com este novo asfalto, que seria de Faxinal dos Mendes à Maringá, uma linha reta, nós ficaríamos de Maringá à Curitiba, 340 quilômetros. Encurtaria em 80 quilômetros este trecho.

E como é do conhecimento dos Senhores Deputados, nós temos o trecho, a tal Serra do Cadeado, que ali é um cemitério de pessoas do norte do Estado e de outras regiões. Ainda na quinta-feira passada, quando fomos de volta, debaixo de uma forte chuva, assistimos a um acidente lamentável, quando dois rapazes perderam a vida. E nós, durante estes cinco anos que fazemos esta estrada, já presenciamos dezenas e dezenas de acidentes.

Então, esta estrada, Senhor Presidente e Senhores Deputados, viria a facilitar muito este trecho Maringá à Faxinal dos Mendes. Quatro pistas serviriam o norte do Estado, o noroeste e uma grande parte também do centro do Estado que se utilizaria desta rodovia.

Agora, é claro que o Senhor Governador, na situação que há hoje, o Estado não teria cacife para a construção destes 160 km de quatro pistas.

Nós estamos propondo que o Senhor Governador abra concorrência para as firmas cobrarem pedágio, como é na maioria das rodovias do Estado de São Paulo.

Então, a questão desta cobrança de pedágio ou quantos pedágios seriam colocados ficaria a critério de estudos do Senhor Governador, por quanto tempo seria cobrado este pedágio.

Então, a nossa proposta é a de que o Senhor Governador faça estudos, abra a concorrência e a empresa que queira construir este 160 km de rodovias é que cobraria o pedágio.

Aí ficaria a critério de acerto que fariam o Governo e a empresa construtora.

Então, eu peço Senhores Deputados, apoio a este Projeto, que o Governador, que construir esta rodovia seria a integração entre o Norte e o Sul do Estado, com facilidade.

Seria uma linha reta, Maringá-Marumbi, Faxinal e Faxinal dos Mendes, devia sair do Embaú, daqui para lá do Embaú, 23 quilômetros após o Embaú.

Nós ficaríamos de Faxinal dos Mendes a Maringá com 160 quilômetros de pista dupla, ficaríamos com mais 80 de pista simples até Ponta Grossa, e de Ponta Grossa para cá pista dupla.

Seria uma facilidade para nós do norte do Paraná, seria a integração entre o Norte e o Sul.

Então, nós pedimos aos Senhores Deputados apoio a esse nosso Projeto que é já um velho pensamento das lideranças políticas, dos Senhores Prefeitos de todo norte e noroeste do Estado.

Inclusive o nosso ex-Prefeito de Maringá Saide Ferreira, que tanto também tem batalhado e nós hoje, com este Projeto, esperamos que os Senhores venham dar apoio, que o Senhor Governador entenda a nossa mensagem que esta estrada, que é o sonho de todos nós, um dia venha a ser realizada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Registra-se hoje pela imprensa paranaense, e por que não dizer pela imprensa nacional o movimento dos Prefeitos do Paraná, relativo à manutenção quanto a redução dos recursos repassados, via Governo Federal, às Prefeituras.

Nós estamos assistindo, no Paraná a soma desta manifestação numa mobilização

conjunta, na tentativa de se sensibilizar o Governo Federal para a responsabilidade da situação caótica em que vivem os municípios do Paraná.

Eu creio que neste momento cabe o registro, nesta Casa, e nos somamos a esta manifestação dos Senhores Prefeitos, porque eu creio que, desta forma eles estão manifestando uma realidade, sem a necessidade de se fazer demagogia em cima de seu trabalho.

Me somo a estes prefeitos que têm sentido, a cada dia, em tentar empurrar goela abaixo, a municipalização do ensino, a municipalização da Saúde, para municípios que estão vivendo em desespero.

Estamos assistindo aí as prefeituras que não têm condições de pagar os salários normais dos seus funcionários há mais de dois meses, pela falta de recursos e pela responsabilidade, cada vez maior, naquilo que aqui citamos, com referência à Saúde e Educação que absorvem grande parte dos recursos e os recursos repassados, via Governo do Estado, via Governo Federal, cada dia que passa são menores e cada vez com um atraso maior.

Então, a situação é calamitosa, a situação é de desespero, os prefeitos brasileiros, e aqui nós destacamos a coragem da maioria dos prefeitos paranaenses, não estão se somando, com esta manifestação, ao desgoverno que se instalou no Brasil.

Estão dizendo NÃO a política econômica, à política federal, à política do Governo, posta em cima do nosso País provocando a recessão, aumentando a fome, o desespero! E nós temos certeza que este final de ano será pior ainda!

Nós queremos, neste momento, nos solidarizar com a manifestação corajosa desses Prefeitos, que estão dizendo Não à situação posta, pelo desgoverno imposto, neste País.

E, estamos assistindo também e tenho certeza que a maioria dos Senhores Deputados têm se deparado com funcionários desta Casa e com funcionários públicos do Estado do Paraná, preocupados com a situação financeira em que se encontram.

Nós estamos assistindo, nesta Casa, todos os dias, o Governo do Paraná encaminhar mensagens de suplementações orçamentárias para diferentes segmentos das diferentes Secretarias de Estado e em nenhuma delas, e são valores vultosos, temos que registrar isso, valores vultosos que em nada nós estamos vendo serem revertido para o funcionalismo do Estado; estamos vendo no momento de situação difícil, num ano de não discussão de uma política salarial, num ano de não proposta de discussão de reajustes salariais para os servidores, estamos assistindo neste momento a chegada de uma Mensagem para se pagar o abono de

quarenta e dois mil cruzeiros apenas para o mês de novembro, para que não incida este abono sobre 13% e outras vantagens.

Mas nós gostaríamos de registrar aqui a nossa preocupação, porque temos certeza que quem está impondo e quem está mandando Mensagem como esta para que aproveemos neste Plenário, não está vivendo o dia a dia desses funcionários públicos.

Reclamam os funcionários desta Casa quando tramitamos pelos corredores, reclamam os funcionários públicos que não têm uma política salarial definida.

A situação em que vivem os funcionários públicos do Estado do Paraná tem sido registrada frequentemente por Deputados desta Tribuna e, eu creio que há necessidade também, a exemplo do que estão fazendo também os Prefeitos dos Municípios paranaenses e brasileiros, temos a necessidade de registrar aqui, todos nós, a insatisfação também pela situação de vida em que vivem os funcionários públicos do Estado do Paraná sem definição de política salarial, sem proposta de reajuste, e lamentavelmente, somos obrigados a votar um abono que nada mais é do que uma migalha na vida de quem vive o desespero.

Obviamente temos que aprová-lo porque sabemos que não ajudará, mas pelo menos amenizará a situação de desespero em que vivem os nossos servidores.

Queiramos, possamos também, a exemplo dos Prefeitos, somarmos aqui as nossas forças e pedirmos, lutarmos, exigirmos uma política decente de tratamento ao funcionário público do Estado do Paraná, como também a reversão desta mesma política aos funcionários desta Casa que a cada instante nos deparam pelos corredores pedindo que alguém faça alguma coisa, que alguém interceda, que alguém diga algo por eles, porque a situação deles também é difícil; lamentavelmente a política salarial desta Casa está presa à política salarial do Governo do Estado do Paraná que não tem tomado nenhuma posição, nenhuma definição com relação ao tratamento desses servidores.

Neste momento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Paraná está assistindo ao encerramento de um final de ano Legislativo, com tristeza nós registramos aqui a situação de miséria, a situação de falência dos trabalhadores indistintamente, mas como trabalhador do serviço público, queremos deixar registrada a nossa insatisfação, o nosso descontentamento e o nosso desagravo por essa política vergonhosa que se impôs; vendeu-se a imagem da ilusão, vendeu-se a imagem da fantasia e não se está fazendo nada em prol dessa situação difícil em que vivem esses trabalhadores.

Por isso, acredito que a manifestação

hoje feita pelos Prefeitos brasileiros servem de exemplo também aos Poderes Executivos, não só Estadual mas os Executivos Estaduais, porque a situação não se prende apenas ao Governo Federal, nós estamos vendo um desgoverno total, tomando conta deste País, o caos tomou conta deste País e pouco se está fazendo, poucos têm coragem de se manifestar, poucos têm coragem de denunciar nas tribunas das Casas Legislativas a situação de ingovernabilidade que vive o País, a situação drástica que vive os funcionários públicos, a situação drástica em que vivem os aposentados e os trabalhadores brasileiros indistintamente.

Por isso, estamos utilizando desta tribuna para registrar o nosso voto solidário a estes Prefeitos corajosos que estão tendo a coragem de fechar suas prefeituras, que estão tendo a coragem de dizer não ao desgoverno imposto ao Brasil; para parabenizá-los por esta situação, quiçá possamos, a partir deste exemplo, encontrar o caminho que viabilize os destinos deste País.

País que está vivendo apenas a política imposta pelo fundo Monetário Nacional, a política imposta pelos grandes capitalistas. Lamentavelmente, o Brasil inteiro, as forças políticas estão se curvando.

Neste momento, no Congresso Nacional os Deputados Federais, os Senadores estão lutando para a derrubada do veto e a garantia de um salário-mínimo ainda indecente, mas um pouco mais decente do que este de 42 mil cruzeiros.

Temos certeza que a política desenvolvida pelos prefeitos brasileiros, destacamos uma vez os prefeitos paranaenses, servirá de exemplo e, quem sabe até, mobilizará esta Casa e, em sua totalidade possamos lutar de verdade pelos seus direitos.

Há poucos dias, ouvíamos desta tribuna, a preocupação de Sua Excelência, o nobre Deputado Colombino Grassano em relação ao PEDU da cidade de Arapongas.

Na nossa região do vale do Ivaí ouvíamos, também, a preocupação pelo não repasse das verbas de PEDU e de convênio a vários municípios.

Então a situação não está posta apenas, Deputado Colombino, a nível de Governo Federal.

Está posta a nível de Governo Federal e a responsabilidade maior está ficando cada vez mais pela sobrecarga de encargos às prefeituras e aos prefeitos municipais que estão vivendo situação de miséria. Assim como estão vivendo situação de miséria os servidores públicos do Paraná e desta Casa por não terem uma definição de política salarial que acompanhe, pelo menos, o índice inflacionário que está vivendo a Nação brasileira.

O Sr. Algaci Túlio - Permite um aparte, Deputado? (Assentimento).

Gostaria de parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer da importância da sua posição neste momento em relação à questão do servidor público, tanto a nível de Assembléia, como a nível do Poder Executivo. E mais ainda, da solidariedade que devemos neste momento também prestar aos nossos prefeitos. Nós que estivemos ao lado do Deputado Albino Corazza, Deputado Durval Amaral, compondo o bloco municipalista e ainda na condição de Vice-Prefeito de Curitiba e Presidente da Associação dos Vice-Prefeitos do Paraná, estivemos lá hipotecando solidariedade e marcando a posição desta Casa nas reivindicações dos Senhores Prefeitos.

A situação é crítica, é caótica. Ainda ontem, pela imprensa nacional pudemos ver em outras partes do País prefeituras fechadas com manifestações. E hoje, o fato se repete no interior do Paraná. A situação é crítica e merece uma análise mais profunda dos Senhores Deputados Federais, dos Senhores Senadores, no não atendimento ao emendão do Presidente Collor, não permitindo a redução do repasse do ICMS e não permitindo também a queda do Fundo de Participação dos Municípios.

Por isto, solidarizo-me neste momento, ao seu pronunciamento dizendo que Vossa Excelência vem à tribuna num momento importante, destacar um assunto importante, deveras preocupante para todos nós. Parabéns.

O SR. PAULO MAIA - Agradeço a contribuição de Vossa Excelência.

Não poderia deixar de destacar neste momento, o trabalho incansável e a iniciativa que teve o nobre Deputado Albino Corazza pois sentindo, - como prefeito que já foi, a situação de falência dos municípios do Paraná, pois procurou criar o Bloco Municipalista que, temos visto, tem encetado uma batalha muito grande em prol destes direitos. Mas, lamentavelmente, estamos sentindo que a ressonância pelo trabalho deste Bloco, e o respeito, têm sido muito pouco em termos também de Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, no Grande Expediente, o nobre e combativo Deputado, Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada. Coisas incríveis acontecem neste País. Incríveis! E a cada dia que passa, por mais que este Parlamento discuta, debata, as coisas continuam acontecen-

do. Eu me lembro que o Deputado, Líder do PDT, Deputado Rafael Greca, com a sua privilegiada educação e cultura, apresentou um projeto dentro deste Parlamento, que naquela oportunidade, eu tive até dúvidas, mas depois comecei a acompanhar o raciocínio do ilustre Parlamentar, Deputado Rafael Greca, e cheguei a conclusão que ele estava repleto de razões ao apresentar neste Parlamento um projeto em que concedia uma pensão mensal no valor de uma ninharia: trinta e quatro mil cruzeiros mensais, a Senhora Eunice Gomes da Silva Nascimento. Mas, os Senhores vão me perguntar: Quem é a dona Eunice? De onde veio essa Senhora? Quem é a Carla? Por que o Deputado Rafael Greca pedia neste Parlamento em nome da sua Bancada, o PDT, a importância de 34 mil cruzeiros mensais? Por que? Senhores Deputados, Eunice é a esposa. Carla é a filha. De quem? De um trabalhador. E os Senhores me perguntam: Que trabalhador é este? Um trabalhador que foi violentamente assassinado cumprindo com as suas obrigações, ganhando um salário de miséria, teve os seus direitos rasgados por um bandido, por um marginal, por um assassino, um assaltante, por um latrocida, por um animal. E esta semana, Senhores Deputados, Senhora Deputada, Senhor Presidente, Senhores Secretários, esta semana esse ilustre marginal, que eu apresento à Casa devidamente esbrachado no jornal "O Estado do Paraná", os senhores não o conhecem mas eu o conheço, porque é personagem do meu programa policial, e também do Deputado Algaci Túlio e dos demais Parlamentares que possuem nesta Casa os seus programas de rádio e televisão e que militam na área policial. Quem é esse moço? Esse moço, José Douglas Fernandes (os Senhores estão vendo) praticou um assalto nesta semana, junto com o seu comparsa, não foi feliz na sua empreitada, abandonou o amigo que caiu dentro de uma rede esgoto, a polícia prendeu; e esse cidadão que caiu dentro da rede de esgoto, denunciou o seu cúmplice, que havia fugido, e o nome dele é Osnil. O Osnil os Senhores também não conhecem. O Osnil é um moço desocupado, não tem função nenhuma na sua vida, não está preocupado se a inflação está alta, se está baixa, se existe Deputado, se existe senadores, se existe a CUT, se existe a CGT, ele não está preocupado se existe sindicatos, ele não está preocupado com nada. A única preocupação desse cidadão é assaltar, é meter a máquina na cara do trabalhador que entra dentro de um coletivo, que está saindo de sua empresa de trabalho ou que está passeando com a sua esposa. A sua tara é o assalto, a sua vontade é meter a máquina e assaltar.

Muito bem, Senhores. O Osnil foi quem assassinou barbaramente, estupidamente,

junto deste aqui, o cidadão Carlos Augusto do Nascimento. Quem é Carlos Augusto do Nascimento? Carlos Augusto do Nascimento é mais conhecido como "Carlão". Ele estava realizando uma série de "blitz" nos bares da Vila Macedo, na Capital, à procura de elementos, e também em Piraquara, mas na Vila Mercedes, tem uns bares que fornecem bebidas para os presos que saem da Penitenciária Agrícola, saem de lá para beber e depois voltam para dormir, saem para assaltar e depois voltam para dormir, saem para estuprar e voltam para dormir, saem para desmandar na cidade e depois voltam para dormir. Isso é a Penitenciária Agrícola. E o meu projeto não é esse, o meu projeto é a penitenciária do campo.

Senhores, o Carlão estava trabalhando, tentando descobrir quais os bares que forneciam bebida alcoólica aos presos, pasmem os Senhores!, aos presos da Penitenciária Agrícola, o Deputado Ernani, bares que fornecem bebida alcoólica aos presos da Penitenciária Agrícola. E o Carlão, cumpridor dos seus deveres, com a sua esposa, com a sua filha, com o pouco salário que recebe, foi estupidamente assassinado com um tiro no peito e um na perna por este elemento e pelo Osnil. O Osnil é o mentor da tragédia, e está livre na Capital, passeando até que se defronte com a polícia, e quem sacar mais rápido sobreviverá. Se o Osnil sacar mais rápido, morre a polícia que eu não quero que morra; se a polícia sacar mais rápido, morre o bandido, e esse eu quero que morra para que viva a família brasileira do Paraná.

Agora, pasmem os Senhores! Nós, o povo do Paraná, é que está pagando a comida deste marginal na Penitenciária. Nós, o Paraná, é que vamos pagar o café da manhã, o almoço, o café da tarde, com pão, e o jantar, o colchão, o cobertor para que esses assassinos tenham o direito de dormir enquanto milhares de trabalhadores desse País moram debaixo da ponte ou não têm onde morar. Enquanto isso, a família do Carlos Augusto do Nascimento está, Deputado Ernani, passando fome, na miséria. Quer dizer, enquanto o assassino come, bebe, dorme às custas dos impostos deste País, a viúva, Deputado Ernani, Deputado Colombino, Deputado José Afonso, Deputado Severino, a família, Deputado João Preis, está passando fome, fome, não tem dinheiro para o leite, não tem dinheiro para alimentação, não tem dinheiro para pagar a escola da filha e nem comprar um lápis e uma borracha. Agora, um dos comparsas do assassino, Deputado Durval Amaral, está na penitenciária tomando sol, porque o sol chegou, é verão, ele toma o seu cafezinho de manhã, recebe coca-cola, de vez em quando "puxa um fumo", dá um "tapa na macaca" dentro da penitenciária para anejar a sua

cabeça, bolando novos assaltos para quando sair, porque o sistema penitenciário é um engodo, é uma enganação, é uma fábrica de monstros e de assassinos em potencial, à tarde recebe o seu café, depois vem o seu jantar e depois ele tem o seu colchão para dormir sossegado. Apagam-se as luzes, um novo dia, ele se dirige ao pátio, não faz nada, fica o dia inteiro desocupado porque a penitenciária é um vício de desocupados, eles não plantam, não produzem e nós, a família brasileira do Paraná com os nossos impostos, é que temos que alimentá-los. Enquanto, senhores, a família do morto, Carlos do Nascimento, está passando fome.

O Deputado Rafael Greca, como poderia ser o Deputado Costenaro, como poderia ser o Deputado Hêlio Rusch, o Deputado Valdir Rossoni, como poderia ser o Deputado Fregonese, como poderia ser o Deputado José Alves, Deputado Ernani, qualquer um dos Senhores, o Cêzar, o Deputado Toti, poderia sentir na alma a fome, a miséria da dona Eunice e da sua filha. Então, o Deputado Rafael Greca, vendo que a família estava na miséria, fez um projeto que foi rejeitado, pedindo trinta e quatro mil cruzeiros para a família comer, comer, comer, comer, porque o bandido está comendo. Estas são as distorções que acontecem nesse País. O bandido come, agora, a família não pode comer, está passando fome, não tem condições de sustento, está abandonada e não recebeu sequer, a visita da Comissão dos Direitos Humanos. A famosa, a querida, a tradicional Comissão dos Direitos Humanos que só visita bandido, mas não foi à residência da Dona Eunice dizer a ela: "Como é que a Senhora está? A Senhora tem um advogado para acompanhar? O promotor para acusação no julgamento? A Senhora, por acaso, precisa de amparo? A Senhora, por acaso, precisa de alguma coisa? Não! Ninguém foi bater à porta. Só o Deputado Rafael Greca lá esteve. E com um projeto poderia ter amenizado, Deputado Rafael Greca, poderia ter amenizado a situação desta família; mas, o projeto, foi derrubado. Acabou! A família continua passando fome, na miséria, muitos assassinos passeando, assaltando, fazendo o que bem entendem, enquanto que um outro está dormindo, comendo e bebendo graças a este Parlamento que aprova o Orçamento do Estado. E graças, também, Senhores, à família brasileira do Estado do Paraná que paga com seus impostos a comida desses canalhas, assassinos, que violentaram o direito de uma família.

É lamentável!

Esta é mais uma história do Brasil que caminha para o ano 2.000.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Horário

das Lideranças:

PFL

(Declina)

PDT

Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Só para complementar a reflexão que com brilho inclusive teatral fez o Deputado Alborghetti sobre o caso da viúva do agente penitenciário, morto em serviço, a quem a Assembleia reluta em conceder a pensão pelo acidente de trabalho que a sua família sofreu perdendo o chefe de família.

Enquanto nós relutamos em fazer isso, o assassino do agente penitenciário está solto, estreou no noticiário policial do dia de ontem, Dia da Bandeira da República, de uma certa forma de uma maneira até exibicionista como só ia agradar aos assassinos, eles devem estar até muito contentes. Porque enquanto nós negamos à mulher da vítima o direito de pensão pelo que a sua família sofreu, cumprindo um dever, um dever de trabalho assegurado, inclusive, pela Constituição, nós não somos suficientes potentes e poderosos para impedir a insegurança pública que vive o Estado do Paraná.

Aliás, parece que há uma reunião de emergência da Comissão de Constituição e Justiça para aprovar um crédito suplementar de 500 milhões de cruzeiros para a Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Benza Deus que esse dinheiro vá, realmente, para alimentar as rádio-patruilhas, para melhorar a vida dos policiais, as condições das delegacias, para ajudar a população do Paraná a ser mais segura!

Os casos de insegurança pública são múltiplos e são repetidos, e são cada vez mais estarrecedores.

Recentemente, às vésperas de um outro feriado da República, a sogra do nosso companheiro Deputado Cezar Silvestri foi assaltada aqui no Parque do Papa, mas não na parte dada ao memorial da imigração polonesa, as casas polacas. A Senhora foi assaltada na marquise da Secretaria de Segurança Pública do Paraná à sombra do Palácio do Governo. Dominada por um seqüestrador, vestido de terno e gravata, esta Senhora foi obrigada a caminhar até a porta do BANESTADO aqui no Centro Cívico para retirar a sua poupança sob ameaça de morte. Intimidada e com pouca prática porque, efetivamente, a Senhora de uma das famílias mais ilustres do Paraná, ela cedeu, entregou as economias que não eram nem vultosas a esse marginal, à sombra da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná. Conquanto isso, o Paraná encena o rioleto tributário.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

PRN

(Declina)

PSDB

(Declina)

PMDB

(Declina)

PT

Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, não era a nossa intenção fazermos uso da tribuna nesta tarde, todavia, o veemente e emocionado posicionamento do Deputado Carlos Alborghetti, nos obriga a fixarmos aqui uma posição.

Eu fico muito preocupado quando nós abordamos um caso individual, neste País. Nós estamos vivendo uma absoluta situação de desagregação da família, uma perda quase que completa dos valores éticos, dos valores morais.

Muitos brasileiros hoje, se perguntam se vale a pena ser honesto e trabalhar. E esta situação social porque passa o nosso País, gera essas monstruosidades que nós estamos habituados a assistir e a ouvir nos noticiários de televisão.

A qualquer cidadão causa revolta de ver um trabalhador assassinado, um pai de família que perde a vida nas mãos de um marginal na ponta de um revólver e isso causa revolta e indignação em todos nós. E me parece que as palavras do Deputado Alborghetti, antes de analisar as causas sociológicas desse fato, ela veio no sentido de questionar se é possível o Estado manter alimentando um bandido na cadeia, e questionou também o papel da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, e segundo ele tem uma preocupação com os bandidos nas penitenciárias e não vê o lado da vítima.

Olha, Senhores, eu acredito Deputado Alborghetti, que tirando o aspecto interessante da notícia, tirando e até reconhecendo aqui a sua capacidade como comunicador social na área do jornalismo policial, tem os méritos, aqui nós respeitamos pelo excelente profissional que é. Mas, aqui nessa Casa de Leis nós temos por obrigação e dever de ofício, procurar analisar a Sociedade como um todo e fundamentalmente, analisar os fatos sociais sobre as causas sociais. Vossa Excelência se referiu a uma família de um policial que está passando fome porque não recebe pensão.

A primeira coisa que nós tínhamos que nos questionar, é quem que é o responsável nesse País, por existirem trabalhadores que trabalham, no mês inteiro e ganham quarenta e dois mil cruzeiros por mês. Quem são os verdadeiros criminosos que estão matando as nossas crianças de fome?



Sr. Alborghetti, eu gostaria que o Senhor viesse aqui nesta tribuna e exigisse a prisão dessa elite que está no Poder, matando milhares e milhares de crianças de fome nesse País; essa elite dos donos de canaviais do Nordeste, que financiaram a candidatura do Sr. Presidente da República e que hoje estão criando o Homem Canguiri, que é um ratão que existe nos banhados e nas favelas do Nordeste. Quem é que está na cadeia para pagar a morte dessas crianças, dos menores abandonados, que desde que nascem são criados nas ruas, nos ventos, aprendendo como única profissão o crime, para sobreviver? Quem pede a prisão daquele que é responsável por um salário de 42 mil cruzeiros, que Vossa Excelência, estes dias, mostrou na sua televisão. Um operário de mãos calejadas, servente de pedreiro que resolveu assaltar porque estava passando fome, trabalhando, e acabou assassinando um outro policial.

Não estamos aqui defendendo o servente. Mas, quem levou o servente a cometer este ato? Estes são os verdadeiros criminosos que nós temos em nosso País. A propósito, hoje se vota os vetos da lei salarial. O Presidente do Partido de Vossa Excelência, Fernando Collor de Mello, quer manter o salário em 42 mil cruzeiros, Deputado Alborghetti! Este salário é que está matando a viúva do policial de fome! Contra uma inflação de 30% por mês, congelado até janeiro. Eu pergunto ao Deputado: vale a pena um trabalhador trabalhar, neste País?

Eu acho que o mínimo que nós, aqui nesta Casa, temos que reconhecer, sem hipocrisia, é que quando uma sociedade está organizada, quando existe trabalho e quando este trabalho é valorizado, os índices de criminalidade caem assustadoramente! Por que é que não existe latrocínio em Cuba, Deputado? Pelo menos esta estatística eu conheço. No ano de 1986, em Cuba, houve latrocínio! Um! Aqui em Curitiba são dezenas por dia. Por que é que na Dinamarca, Suécia e outros países que têm uma organização social diferente, uma organização, digo uma valorização do trabalho, os índices de criminalidade, praticamente inexistem. Estes crimes bárbaros que nós vemos aqui no Brasil, onde um trabalhador mata o outro pela lata de lixo, Deputado! Eles estão se matando pela lata do lixo! Em Brasília, nós tivemos uma reportagem ontem na Folha de São Paulo mostrando trabalhadores brigando para disputar o lixo da península dos ministérios!

E aqui se faz um discurso que no nosso entendimento tem que ir às raízes do problema. Por isso, eu dou mais um dado. No Plano Cruzado, quando houve um aquecimento da economia, uma absorção da mão-de-obra, mão-de-obra desempregada, os índi-

ces de criminalidade, na minha Cidade, palavra do comandante da polícia militar, caíram 60%, Deputado, de assaltos e roubos.

Então, é preciso, para concluir, Senhor Presidente, quando nós pegamos um fato isolado temos que condenar o criminoso, sim. Ninguém aqui, poderá defender a possibilidade de termos na rua, soltas, pessoas que cometem atentado contra a vida de outras pessoas. Não importa as causas. Desde que a pessoa não tenha um comportamento compatível com a convivência social, deve ser retirada do convívio social para preservar pessoas inocentes. Nisto, estamos de acordo. Mas, temos que reconhecer que o sistema penitenciário repressivo, as viaturas, as metralhadoras, são mero paliativos. A causa principal da violência neste País, hoje, infelizmente está instalada no Palácio do Planalto, cujo Presidente está fazendo uma política de recessão, estão jogando milhões de trabalhadores no desemprego, mantêm o salário-mínimo de 42 mil cruzeiros. Esta mesma recessão que está derrubando a arrecadação de impostos dos Estados, dos municípios e que impede, até, que se mantenham os serviços públicos essenciais, abrir frentes de trabalho, manter uma política de remuneração digna aos seus servidores, inclusive aos seus policiais.

É esta política geral que está trazendo esta desagregação e esta violência que nós estamos vendo, hoje, no Brasil.

Então, por isto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu não poderia deixar de fazer, aqui, este desabafo. É preciso que nós comecemos a assumir a nossa responsabilidade! Enquanto a elite dirigente política deste País e principalmente aqueles que cometeram erros de ajudar colocar no Poder estes, que em última análise, são os responsáveis pois negam os direitos sociais do povo brasileiro, e que a partir de agora tenham esta responsabilidade com dignidade, com consciência e com auto-crítica.

Era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Findo o horário das Lideranças.

Passa-se à  
ORDEM DO DIA.

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício DTL/SAT/Nº 365/91, subscrito pelo Senhor Chefe da Casa Civil, constante do expediente, encaminhando cópia de acordo firmado perante o Juízo de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública. A Consideração do Excelentíssimo Senhor Presidente.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente. necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 155/91, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que prevê a realização da Semana da Conservação Escolar no calendário da Secretaria de Estado da Educação. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.O.P.T.C.. EMENDA DE PLENARIO COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### EMENDA ADITIVA AO

##### PROJETO DE LEI Nº 155/91

##### P A R E C E R:

Os nobres Deputados Dr. Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, vêm apresentar Emenda Aditiva ao Projeto de Lei n. 155/91, através da qual se realizariam, obrigatoriamente, nos estabelecimentos de ensino do Paraná, discussões sobre o caráter e o papel da escola.

A Proposição é constitucional, uma vez que a Carta Magna do Paraná, estabelece, no Art. 13 - "Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre: IX - educação, cultura, ensino e desportos:". E no Art. 177, preceitua: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho".

Assim sendo, não havendo óbice constitucional e convencidos da elevada importância da matéria, somos pela aprovação da mesma.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando votação nominal para o Projeto de Lei nº 155/91. Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Para Encaminhar) Senhor Presidente, Senhores Deputados.

#### ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO AO PROJETO DE LEI Nº 155/91 (item i)

Embora meritório o conteúdo do Projeto de Lei nº 155/91, do nobre Deputado Algaci Túlio, não deve o mesmo prosperar neste Legislativo, visto se encontrar maculado pelo vício da inconstitucionalidade, conforme previsão da Constituição Federal, no artigo 22, inciso XXIV, que dispõe:

"Art. 22 - Compete privativamente à União legislar sobre:

- .....

XXIV - diretrizes e bases da educação nacional".

Usando das atribuições que lhe são conferidas, o Conselho Federal de Educação, com fundamento da Lei Federal 5.692, de 11.08.71 (Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus), fixou o currículo escolar através do seu artigo 4º, onde dentre outras determinações, enfatiza: "Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional".

Refugindo, portanto, a competência do Estado através de qualquer de seus poderes, legislar sobre a matéria.

Salientando uma vez mais a boa intenção da proposta, nos parece equivocada a pretensão de que esta Casa, através de plano de lei, venha a impor funções e atribuições tais como as relativas à manutenção e reconstituição do patrimônio escolar, a quem não de direito, conforme disposição contida no § 1º, "in fine" do referido projeto, que determina para tanto a participação de alunos regularmente matriculados, professores e funcionários.

Ainda no seu § 2º define que os dias destinados à realização dos objetivos do presente plano de lei serão tratados (entenda-se contados) como dias letivos, atendem os nobres pares de frequência obrigatória. Ora, o decreto federal 240, baixado pelo Senhor Presidente da República recentemente, atendendo sugestão do ministério da Educação, fixou em 800 horas/aula o período para o próximo ano letivo, destinado exclusivamente ao ministério das matérias curriculares, dado este que configura mais um argumento contrário à proposta.

No artigo 3º do presente projeto, o

nobre parlamentar fixa o calendário da semana de conservação escolar antes do encerramento oficial do 4º bimestre, ocasião em que, não é do desconhecimento de ninguém, caracteriza o período no qual a grande maioria dos estudantes se encontra voltada e dedicada integralmente ao estudo e desenvolvimento de atitudes orientadas no sentido da obtenção de suas aprovações para as séries subseqüentes.

Reafirmamos, incontestavelmente meritório, bem intencionado e educativo o presente projeto, entretanto, face às razões até aqui expostas, diga-se de passagem irrefutáveis, tornam a presente proposta inexecutável, razão pela qual solicitamos aos nobres pares desta Casa a REJEIÇÃO da presente matéria. Rejeição pelos motivos arrolados que dizem respeito a inconstitucionalidade da matéria. Por esta razão, recomendamos aos Senhores Deputados que votemos não ao Projeto de Lei número 155/91 da lavra do Nobre Deputado Algaci Túlio.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Projeto do Ilustre Deputado Algaci Túlio nada mais é do que oficializar uma prática que está sendo posta pelo Secretário de Educação.

Este Governo quando se instalou e quando foi nomeado o Senhor Maurício Requião de Mello e Silva para Superintendente da FUNDEPAR, uma semana depois estive com Sua Excelência levando a solicitação do Município de Arapongas no sentido de que fossem feitas reformas, ampliações de construção de edifícios públicos escolares no Município de Arapongas. Disse a Sua Excelência da situação de descalabro que se encontravam os prédios públicos escolares do meu município. Se isso não bastasse, voltei, Senhor Presidente e Senhores Deputados, voltei ao gabinete do Senhor Superintendente Maurício Requião de Mello e Silva não levando apenas um documento, levando um álbum fotográfico sobre onde se mostrava tudo aquilo que estava acontecendo no meu Município; Sua Excelência se mostrou aterrorizado com o que via, disse que não admitia que estivesse em tal situação um prédio público no meu Município. Felizmente tomou providências, foi em Arapongas o Senhor Secretário de Educação e Cultura, reuniu-se com os diretores dos estabelecimentos de ensino e com os Presidentes da APM, da Associação de Pais e Mestres, dizendo-lhes que estava ali o Secretário de Educação e Cultura para distribuir verbas para cada escola deste Município, porque era uma solicitação do Diretorio Municipal do Partido Democrático Brasileiro, do PMDB; a este papel se serviu o Secretário de Educação e Cultura, o mesmo

papel fizeram com o Deputado, Segundo Secretário desta Casa. O mesmo comportamento houve com o Senhor Deputado Dalton Machuca, onde assumiram a paternidade de um ato que foi de sua autoria. Então quando o Deputado Algaci Túlio pede, através de um projeto de Lei, que se forme anualmente, durante uma semana, para estudar a situação do estabelecimento de ensino, ele nada mais faz do que formalizar aquilo que hoje se faz naqueles municípios onde o prefeito não pertence à sigla governamental.

Este é um fato lamentável, ainda mais praticado por um Secretário que é pastor evangélico. Como pastor, ele se conduziu mal no meu município, porque o ensino bíblico diz que deve se respeitar a autoridade constituída. Como professor, deu mau exemplo para os alunos e para os pais. Como Secretário de Educação mostrou que é mal educado.

Damos apoio ao Deputado Algaci Túlio, porque ele nada mais faz do que estabelecer um princípio que deve ser definitivo no Estado do Paraná.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para Encaminhar)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pretendo aqui mostrar a justificativa deste meu projeto para provar que ele não interfere na economia do Estado. Muito pelo contrário. Vai fazer com que o Estado economize na conservação das escolas. Ele não é inconstitucional. Ele é, acima de tudo, uma maneira de fazermos com que o aluno, o pai do aluno, também se responsabilizem pelo local onde os filhos estão estudando.

Tal iniciativa tem por objetivo fazer realizar, anualmente, nas escolas da rede Oficial de Ensino do Estado do Paraná uma Semana dedicada à recuperação, conservação e manutenção do patrimônio escolar.

Em 1990, quinze mil (15.000) crianças quase ficaram sem poder cursar os bancos escolares. Uma das razões para isto pode ser atribuída aos próprios alunos que, durante o ano escolar, chegam a destruir grande parte das carteiras escolares. A Fundação Educacional do Paraná, comprou vinte mil carteiras escolares para este ano, a fim de possibilitar o suprimento, em parte, da falta de equipamentos nas escolas públicas. Apesar de todas essas medidas, ainda faltou, pelo menos, quinze mil carteiras e, em muitas escolas, as classes ficaram completas e algumas salas praticamente vazias.

Todo o ano, quando termina o período escolar, em cada sala com 40 carteiras, em média, pelo menos seis são completamente arrebitadas ou destruídas, representando um saldo de cento e quarenta mil carteiras escolares destroçadas pelos próprios alunos.

Através da presente proposição, queremos envolver os próprios alunos, sob a orientação e supervisão dos professores e funcionários, na recuperação desse material destroçado.

Nada mais do que isto. Apenas uma conscientização para o aluno da responsabilidade que ele tem de que aquela escola onde ele está, aquela carteira onde ele senta, aquilo é pago com o dinheiro dos impostos que seus pais pagam. Por isto precisamos incutir na mente das crianças que devem, desde cedo, ter responsabilidade. É assim que pregamos todos os dias, quando inauguramos uma obra da Prefeitura em Curitiba. O primeiro item que procuramos colocar, na mente da criança, é que ela é responsável a partir daquele momento. A escola, a creche, o CEI, o PIA, nada mais pertence ao prefeito, ou à Prefeitura e sim à comunidade. À ela cabe a responsabilidade de zelar por aquele patrimônio que custou milhões de cruzeiros e que foi feito com imposto pago por seus pais.

Esta é a intenção do projeto. Não quer ferir a inconstitucionalidade, não quer entrar em despesas para o Estado, não quer criar problema algum. Pelo contrário nós estamos querendo aqui auxiliar o Secretário da Educação, auxiliar o Governo, FUNDEPAR, no sentido de que nós não tenhamos problemas maiores. No início do ano que vem, e vejam bem, se avizinha um ano difícil para a escola pública, em especial a de segundo grau, porque com o preço das mensalidades das escolas particulares, imaginem o contingente de alunos que irão para as escolas públicas. Daí eu pergunto: Haverá condições de receber todo este contingente nas escolas de segundo grau? Vai ser muito difícil. Por isso este meu projeto não cria problema nenhum, não é projeto que vai trazer problemas maiores. Apenas procura ajudar a conscientizar a criança desde cedo a preservar o patrimônio que foi feito com o dinheiro dos impostos dos seus pais. Por isso eu peço aos Parlamentares que são conscientes, que têm responsabilidades, que sabem, que já ajudaram a gerenciar, inclusive, um município, o Estado, sabem da dificuldade que existe no seu município de ter escola e ter a carteira. Por isso, é neste sentido, tão somente, que nós fizemos este projeto de lei. Não vejo até razão, e aqui encareço a bancada do PMDB, de se voltar contra um projeto destes. Até parece uma incoerência da Bancada do Governo, votar contra

um projeto que não traz problemas maiores. Que vão se buscar na inconstitucionalidade a ilegalidade do projeto, quando ele procura incentivar, procura conscientizar a criança para começar desde cedo a ter responsabilidade de manter aquilo que ela utiliza todos os dias, talvez em mais tempo até do que na sua própria casa, porque hoje a criança mais vive na escola do que na casa dos seus próprios pais. Então não vejo por que buscar lá, dar um trabalho danado para a Casa Civil do Governo, para com os Procuradores para ir lá na lei, buscar lei para tentar inviabilizar um projeto que não traz problema nenhum. Pelo contrário. Muito pelo contrário. Por isso é esta a intenção tão somente de conscientizar e fica na consciência da Bancada do Governo.

O SR. PAULO MAIA (Para encaminhar) - Sr.

Presidente, Srs. Deputados, eu começo discutindo esta questão do presente projeto de lei, através dos Pareceres das respectivas Comissões da Casa. Eu acredito até que isto aqui já foi frisado neste Plenário de que quando o fato houver, que de fato seja inconstitucional, que as Comissões também dêem os seus Pareceres contrários. E nós vemos a maioria das matérias vindas a esta casa, que são votadas, inclusive, pelos Deputados que lá são favoráveis e aqui são contra, não se posicionarem, aprovarem por unanimidade. Por que? Porque lá tiveram independência para dar o voto consciente em cima de projetos de lei. Chegando em Plenário vota-se justamente de forma contrário aquilo que ele disse estar por escrito. Eu gostaria, neste momento, de frisar o que diz a Comissão de Educação da Casa: O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Algaci Túlio, propõe instituir a Semana de Conservação do Patrimônio Escolar no calendário da Secretaria de Estado da Educação, de expressivo teor didático. O Projeto de Lei merece ser acolhido por esta Comissão e levado à discussão Plenária. Em seguida a Comissão, e aprovado por unanimidade, porque aqui pelo menos não consta voto contrário da respectiva Comissão. A Comissão de Obras Públicas também destaca pontos importantes do referido projeto. Eu acho que isto é fundamental, porque quando aqui se alega de que entra-se no mérito da 5692/71, na questão da grade (?) curricular, nós discordamos desta premissa. Ela não é verdadeira, porque a iniciativa do projeto não é entrar na questão da grade curricular. Ela não entra no mérito da grade curricular. Ela apenas autoriza a Secretaria da Educação a levar uma discussão, a criar uma política educativa a nossa comunidade escolar e a nossa sociedade como um todo. Ela não entra no mérito da

grade curricular, porque se entrasse no mérito da grade curricular obviamente a própria Comissão de Educação teria primeiramente que ouvir o Conselho Estadual de Educação, que é quem tem competência para dar parecer a respeito da questão do mérito da grade curricular. E aqui não se fez. Por quê? Porque não houve a necessidade de se discutir o mérito ou infringir fatos previstos pela Lei 5692. E como educador, eu não poderia deixar de dar o meu parecer a respeito desta questão porque eu acho de fundamental importância que, se de fato, nas escolas públicas tivéssemos um momento para discutir o patrimônio público, que ao povo pertence, que pertence aos nossos alunos, que pertence aos seus pais, que pertence à sociedade como um todo, obviamente o Estado do Paraná, assim como os Estados Brasileiros, não estariam gastando tanto dinheiro público na recuperação do patrimônio que ao povo pertence.

Então, eu vejo a iniciativa do presente Projeto de Lei como algo educativo, como aquilo que vem a somar mais na consciência educativa do nosso estudante, o estudante que sai de casa revoltado, o estudante desempregado, o estudante que vai descarregar a sua ira, a sua revolta naquilo que ao povo pertence, que são os bens públicos, e neste momento pelo menos a iniciativa do presente Projeto de Lei tem o objetivo de conscientizar a necessidade da criação da consciência para o bem e defesa do patrimônio público.

Por isso, eu gostaria de discordar da questão do mérito de que se entrar ou que se fere a Lei 5692, que é Lei de Diretrizes e Bases da Educação, como também qualquer outro ato constitucional previsto na Lei Educacional do Paraná ou do País. Não entramos nesse mérito. Simplesmente discutimos a questão do projeto de Lei, que dá a Secretaria de Educação a opção da criação da Semana da Conservação Escolar no calendário da Secretaria da Educação, e esse calendário da Secretaria da Educação, instituindo essa semana escolar, ela não vai ferir o calendário escolar, que tem que ser aprovado, que tem que ser apreciado pelo Conselho Estadual de Educação, e em momento algum pode ferir o que prevê a Lei 5692, ou uma determinação do próprio Ministério da Educação, ao qual a Secretaria da Educação está subordinada.

Então, eu vejo como de grande mérito a iniciativa do presente Projeto porque ele visa dar ao estudante, ou criar no estudante, nos seus pais, na sociedade paranaense, de que a consciência de que o patrimônio público a ele pertence e por ele deve ser conservado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Depu-

tados, meu querido Deputado Orlando Pessuti. O que eu vejo, Deputado Orlando, no Projeto do Deputado Algaci Túlio poderia até ser um projeto de Vossa Excelência. Vossa Excelência poderia fazer esse projeto ou outros Parlamentares da Bancada do PMDB, ou de outros partidos políticos desta Casa. Mas eu não fico aí, eu vou um pouquinho mais longe na emenda dos Deputados Ernani Pudell, Ovídio Constantino, Dr. Rosinha, que não é porque são do PT. Mas vejam bem: incluindo no Projeto pretendesse através dessa emenda ao Projeto do Deputado Algaci Túlio sobre a Semana da Conservação Escolar a discussão sobre o papel e o caráter da escola no nosso meio. É de fundamental importância isso, e de maior importância ainda é esta semana que não é o Deputado Algaci Túlio que está propondo. Quem está propondo é a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que esta idéia seja levada ao Governador do Estado, e que o meu filho tenha que aprender na escola que a carteira não é para ser destruída, o meu filho tem que aprender que o lápis, ou que a borracha que os próprios pais compram, a lousa, o pátio, enfim, esse Projeto eu acredito que é de fundamental importância para os meus filhos, para os filhos do Deputado Orlando Pessuti, para os filhos do Deputado Algaci Túlio, do Deputado Colombino, do Deputado Nelson Justus, enfim, de todos os Senhores. Eu não vejo em quê. É uma idéia do Deputado Algaci, eu não vejo em que não aprovar uma idéia, uma sugestão, Deputado Orlando. Se o Governador achar que não quer ele vai vetar o projeto, Deputado Pessuti. O projeto virá novamente para a Casa. Aí sim, nós vamos ver se nós vamos rejeitar o veto ou se nós vamos aprovar o veto, mas é uma idéia, Deputado Pessuti. Pelo amor de Deus! É uma idéia e este parlamento, através do Deputado Orlando Pessuti, através da emenda dos ilustres Deputados do PT, nós estamos levando ao Paraná. Não são só eles que vão votar. Somos todos nós que vamos votar essa idéia e essa idéia tem que ser implantada no Estado do Paraná. O que é que vai dar ao Governo? O Governo vai sentir-se feliz, realizado, porque nós vamos ter uma semana de educação dentro das escolas, porque os alunos serão educados para preservar. Eu não me lembro se foi no ano passado - o Deputado Algaci falou que foi em 90 - mas eu mesmo filmei várias vezes as escolas, nós víamos no horário do Tribunal Regional Eleitoral, nós tínhamos uma série de programas sem ser da Justiça Eleitoral, nos jornais, em algumas emissoras de televisão; algumas escolas, recentemente foram destruídas por vandalismo; destruíram as cadeiras, destruíram os muros, etc. A Secretaria de Educação teve que gastar um dinheiro muito grande para

reconstruir a escola.

Eu acho que é uma idéia. A idéia está colocada em plenário. Eu gostaria que todos os Deputados aprovassem a idéia e que ela fosse levada ao Governo do Estado do Paraná. É o meu parecer, é o meu desabafo. Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela ordem) -

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem, está com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Não era intenção nossa retornar ao assunto, mas tendo em vista diversas citações com referência à nossa pessoa, pedimos, pela Ordem, para esclarecer alguns pontos.

Não estamos em momento algum questionando o mérito da proposta do Deputado Algaci Túlio. Agora, nós questionamos algumas colocações que são feitas e eu até me volto à saudosa memória do Deputado Gabriel Manoel e dizer que nós aqui estamos misturando "alhos com bugalhos" e não é verdade. Ele diz aqui: "... a Secretaria da Educação deverá...", onde o termo poderia ser: "... a Secretaria da Educação poderia..." Nós devíamos ter o "Ano da Conservação Escolar" e não a "Semana da Conservação Escolar", e eu acho que o fato de darmos educação às crianças vão resolver o problema.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, o Sr. Deputado está fazendo um encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra Pela Ordem, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nós temos diversas leis que proíbem o crime e isso não é praticado. A conscientização não vai se dar através de uma lei. A conservação escolar tem que ser uma coisa de todos os dias nas escolas. Nós não estamos discutindo o mérito e a Comissão de Constituição e Justiça não cita em nenhum momento a constitucionalidade da matéria.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Pela Ordem.

Não podemos aceitar a ditadura do Líder da Bancada do Governo. Esta história de que esse projeto é inconstitucional, é sandice.

Esse projeto não é inconstitucional. Ele reconhece que a Secretaria da Educação estabelecerá dentro do seu calendário uma semana de conservação das escolas. Não quer dizer curricular, como nos termos da Lei de Diretrizes e Bases.

O SR. ORLANDO PESSUTI - O projeto trata da conveniência ou não da Secretaria de Educação dentro da programação escolar, a meu ver o projeto está mal elaborado.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu temo que sob o disfarce da ditadura, do que é constitucional ou não é constitucional, da ditadura de sua assessoria jurídica, o governo esteja tentando encobrir a possibilidade de questionamento da ruína em que se transformou o aparato escolar do Paraná. As escolas públicas, defendidas inclusive com o Governo do Estado comparáveis às escolas públicas da Prefeitura, causa-me espécie, sofrimento e até dor.

Nós fomos fazer concurso público no Colégio Estadual do Paraná recentemente, nesta bela ruína que outrora foi o estabelecimento exemplar, o monumento arquitetônico, Dr. Rosinha e eu, assustados, vimos em que se transformou o nosso Colégio.

Parem de discursar! Trabalhem pelo Paraná, senão o Paraná vai se transformar neste Governo na metáfora da ópera que estréia hoje à noite no Teatro Guaíra, a Corte do Rei Corrupto - e o pior - um "ri-goletto tributário".

Era isto!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Basílio Zanusso, para encaminhar.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para encaminhar) - Considero louvável a iniciativa do Deputado Algaci Túlio, autor do projeto em discussão.

Agora, para ser bem sucinto nas minhas palavras, mas diante de tantas discussões gostaria de, antes de votar, dizer porque voto.

Eu discordo da inconstitucionalidade também, não é esse o motivo que vai contra o projeto. Estão dizendo que em muitas escolas essa campanha se faz permanentemente. Essa competência de dizer: o aluno tem que consertar a carteira, se quebrar a carteira vai consertá-la... O Governo não tem comprado carteiras há muito tempo.

Há poucos dias recebemos algumas carteiras. Mas já não é de agora a falta de carteiras e móveis nas escolas. Essa é a verdade.

O Deputado Algaci Túlio presta uma grande contribuição. Não precisa de lei. Mas lei para o aluno que quebrar carteira do seu vizinho, para não sujar paredes do seu prédio e nem quebrar lâmpada com estilingada. Eu acho que temos leis demais.

Vou votar contrariamente, não sendo movido pelo Deputado Orlando Pessuti, mas porque leis nós temos demais.

E repito: é competência de cada diretor, são eleitos por voto secreto, são po-



líticos como nós, são até bonzinhos demais, mas têm competência para recomendar aos professores e às professoras que repreendam os alunos que quebram carteiras, inclusive aqueles funcionários encarregados do pátio do prédio, para que assim procedam.

Conheço algumas escolas cujos diretores não admitem que o patrimônio seja danificado sem a responsabilidade de quem o faz.

Conheço escola marginal dirigida de professores que querem ser diretores com o voto do aluno e do pai do aluno, que é muito democrático, muito bonito, mas que transforma, muitas vezes, e que não vem ao caso, mas faço a referência e não podia deixar de fazer.

Voto contrário porque não é necessário lei. É repito: qualquer diretor, qualquer professor, tem a obrigação de recomendar ao aluno que conserve o que é seu; e mais do que seu, o que é público!

O SR. GERALDO CARTARIO (Para encaminhar)

O SR. GERALDO CARTARIO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, essa discussão desse projeto do ilustre Deputado Algaci Túlio, eu devo dizer que a minha posição, certamente que a posição da Bancada do PST, é de acompanhar não pela exposição do nosso companheiro Orlando Pessuti, mas por uma experiência própria. Se existe um órgão neste Governo, do Governo Roberto Requião, e se existiu um órgão no Governo, com todo o respeito ao Dr. Heinz, Secretário de Transportes, mas se existiu um órgão no Governo de Alvaro Dias, que merece nota 10, é sem dúvida alguma, a FUNDEPAR, e eu tenho certeza que comungam comigo todos os ex-Prefeitos que se elegeram Deputados que aqui estão presentes hoje.

Só dou exemplo, em Mandirituba, 38 escolas de madeira, que eram apenas uma sala de aula, não tinha poço, não tinha água, não tinha cantina, não tinha absolutamente nada. Todas foram demolidas e reconstruídas em condições de escolas de mesmo padrão das que são construídas pela administração Jayme Lerner aqui na Cidade de Curitiba. Um ótimo padrão.

Por essa forma, creio eu, que a FUNDEPAR merece de todos nós Deputados, independente de quórum, do Partido que represento, merecem voto de confiança na administração muito boa de Maurício Requião, que hoje, é sem dúvida o órgão do Governo do Estado que mais vem investindo em reformas, em reconstrução, em prédios novos. Por isso que esse Projeto, agora, não deve em hipótese alguma ser aprovado, porque existem órgãos do Governo do Estado, como a Secretaria de Segurança, aí sim, que me-

recem um Projeto, pedindo um atendimento especial a Secretaria de Segurança que não vem à altura cuidando dos prédios públicos da Segurança do povo, que deveria ser a Segurança do povo do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni, para encaminhar.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para discutir) - Senhor Presidente, eu quero registrar a presença com muita satisfação para todos nós do ex-Diretor do Colégio Estadual do Paraná, Profº Airton Gonçalves Celestino, que quando Diretor encetava constantemente as suas campanhas, e queremos parabenizá-lo pela sua atuação como Diretor do Colégio Estadual do Paraná, que teve seus grandes dias. E, dizer que nós, se esse Projeto não for aprovado, vamos continuar Deputado Pessuti, continuar a dar brindes, a dar prendas para que as escolas do Estado continuem fazendo plantões através da Associação de Pais e Mestres, para recuperar a lâmpada que não tem, para mandar pintar a escola e consertar o vidro que está quebrado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para encaminhar) -

Como a Discussão do Projeto do Deputado Algaci Túlio, parece que foi para o teor da nota, eu gostaria de dizer ao Líder do PST, que a minha nota é bem diferente do que a dele. A dele é 10, a minha nota é zero, porque a minha região eles não estão reformando uma escola sequer e quando chega-se na FUNDEPAR, puxa-se uma lista e se vê o resultado das eleições. O Resultado das eleições na minha região foi contrária, simplesmente se diz um bom dia e se manda embora.

Não tenho passado por uma capela ou por escola onde tenha uma festa, onde não tenha uma coitada de uma Diretora com lista pedindo doação.

Esta é a qualidade das escolas do Paraná.

Temos escolas do Paraná, temos salas de aula na minha região que não dão 2 por 2, para colocar os alunos, acredito que a idéia do Deputado Algaci Túlio, após reprovada nesta Casa, não vai ser aprovada porque o rôlo compressor irá reprovar. Daqui a 15, 20 dias surgirá esta idéia na televisão como tem "paz na terra", como tem "água limpa", outros programas que são uma grande mentira desse Governo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerra a Discussão. Em votação, vou avisar mais uma vez os Deputados, que esses dois botões, um lado esquerdo terá que ser acionado para entrar no computador, e o lado direito é para votar: sim e não. Os

que votam favoravelmente ao Projeto do Deputado Algaci Túlio, votarão "sim". Os Deputados que não têm o cartão votarão em separado. São três os Deputados: Dobrandino, Alceu e Neivo Beraldin. Votarão em primeiro lugar o Projeto, ressalvada a Emenda. Quando eu falar "em votação", conta-se até três. Vota. Quando vê a luz acesa no seu nome, lá no painel, ele poderá tirar as mãos.

Em votação.

Dezessete (17) Deputados votaram "sim", quinze (15) Deputados votaram não. Existem ainda, três votos em separado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, eu solicito chamada nominal para o Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Votação nominal é isto aqui, está o nome de todos, lá.

As pessoas que não constam seu nome e que estão presentes, votarão em separado, conforme foi combinado anteriormente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Votação nominal para os Deputados que não têm carteira.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) Deputado Beraldin vota "não". Deputado Dobrandino vota "não". Deputado Alceu vota "não". Deputado Basílio vota "não". O voto do Deputado Annibelli não apareceu?

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Vamos fazer como era antes, que é melhor. Quem é favorável se levanta, senta, levanta, senta.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Será que é tão difícil nós votarmos algo tão simples?

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - É simples mas não funciona.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu dispense o painel e solicito votação nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação nominal tem que ser através de Requerimento.

O SR. ALGACI TÚLIO - Mas, eu providencio em seguida à Mesa, o Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputados que aprovam o Requerimento, permaneçam como estão.

O SR. ALGACI TÚLIO - Não passa nem Requerimento de votação nominal, nesta Casa mais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 21 (vinte e um) dos Senhores Deputados votaram contrariamente ao Requerimento.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria que quando os projetos passassem pelas comissões internas da Casa e os Senhores Presidentes e relatores dos projetos derem seus pareceres, que já digam se são contrários ou favoráveis, porque é lamentável, uma incoerência! Me perdoe, Deputado Dobrandino, me perdoe Deputado Alceu Swarowski, Presidente da Comissão de Educação desta Casa, que dá um parecer favorável e depois vota contrariamente. Eu tenho respeito, só que eu acho que a coisa está toda errada, aqui.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu repito mais uma vez, aqui, invocando a memória saudosa de Gabriel Manoel: o Deputado Algaci Túlio está misturando "alhos com bugalhos".

O SR. ALGACI TÚLIO - O Deputado Gabriel Manoel é do seu tempo, não é do meu tempo.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Com muita satisfação é do meu tempo, mas é do tempo de Vossa Excelência Vereador, em Curitiba.

Nós não estamos aqui, Senhor Presidente dizendo nada em contrário ao mérito deste Projeto, a Comissão de Educação tratou do mérito, a outra Comissão do mérito. Quanto ao mérito nós todos somos favoráveis a que haja esta conscientização.

Nós estamos aqui discutindo a inconstitucionalidade, quem deveria olhar a questão da constitucionalidade era a Comissão de Justiça e não a de Educação. Não estamos discutindo o mérito e sim constitucionalidade.

O SR. JOSÉ ALVES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, como é que ficou a Votação?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Votação do Requerimento solicitando Votação nominal foi rejeitado.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós entendemos que a Votação foi feita, está no painel registrado, os demais Deputados que não estão no painel votaram já complementarmente. E só nos dar o resultado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O painel está na fase experimental e há dificuldades no entrosamento dos Deputados, no Plenário com o painel.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, me permita uma sugestão, como o painel está em fase experimental, a coisa está clara, houve o registro dos votos, estão todos ali, aqueles que por um problema técnico ou outro não foram registrados votaram em separado, votaram 4 Não, mais 3, são 18, 2 Sim são 19, está decidida a Votação, não tem o que discutir, Senhor Presidente. Não sei o que estamos discutindo.

Senhor Presidente, faço um apelo, que Vossa Excelência repita os votos em separado que não estão registrados e aí vamos ter o resultado, é só somar! A menos que fugiu da escola, ao invés de ficar estudando ficou quebrando cadeiras, aí não vai conseguir somar!

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, veja bem: votaram pelo Não, Deputado Dobrandino, Swarowski, José Afonso e Neivo Beraldin, 15 mais 4, 19, Quem decide é a Presidência, deu empate, a Presidência decide.

O SR. ALGACI TULIO - Eu solicito uma nova Votação, é o mais correto, Senhor Presidente.

Eu não pretendia trazer tanto problema para a Assembléia com um Projeto que o PMDB diz que não tem nenhum interesse.

O SR. ORLANDO PESSUTI - O problema está no painel, não no Projeto de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1º Secretário anuncia a Votação, 19 a 19.

A Presidência passa a decidir, entendo o Projeto perfeitamente constitucional, senão teríamos que anunciar 7 de setembro, dia da bandeira e uma porção de datas que representam simbolismo. Decido pela aprovação do Projeto.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós requeremos Verificação de Votação porque Vossa Excelência está decidindo em cima de informações prestadas pelo Deputado Ernani, que não corresponde à realidade. A Semana da Pátria e outras datas, Senhor Presidente, não se tratam de leis aprovadas pela Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Segue-se a Sessão com a emenda a ser votada. Votação a emenda de autoria do Deputado Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino.

Os Deputados que se retiram na hora da votação terão o jeton descontado, determina o Senhor 1º Secretário que assim proceda.

Está em votação a emenda. Senhores Deputados que aprovam a emenda conservem-se como estão.

Aprovada.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Eu requeiro chamada nominal para procedermos verificação de votação Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então, nós vamos fazer primeiro a verificação de votação.

Senhores Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se. Dezenove Senhores Deputados aprovam.

Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Vinte e três Senhores Deputados rejeitam.

Rejeitada a emenda.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Só para manifestar a Vossa Excelência o meu descontentamento porque tentei pedir pela ordem nesse microfone, naquele, todos, e o som não aparece. Não acho justo que quando um Deputado queira falar certo ou errado seja censurado seja censurado por um técnico de som. Se chegarmos nesse ponto não precisa estarmos aqui para discutir nada. Era essa a minha indignação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai averiguar a denúncia de Vossa Excelência.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Antes que nós crucifiquemos alguns Deputados, eu, por esquecimento, não mencionei o fato de que a Deputada Emília Belinati, o Deputado Mário Bezerra e Ovídio Constantino estão neste momento no IBAMA em reunião com o Superintendente daquele órgão para tratar do caso da Comissão Especial da Assembléia sobre a violência no Município de Pinhão. Apenas justificando a ausência dos três Deputados que estão em trabalho da Comissão Especial da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Justificada a ausência.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós queremos registrar mais uma vez aqui a nossa discordância pelo comportamento adotado na Sessão de hoje, porque claramente fomos roubados na votação. Nós entendemos que a disputa é normal...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Segue-se a sessão.

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Comple-

mentar n° 381/91, de autoria do Deputado ALBINO CORAZZA e Outros, que fica Regulamentado o Artigo 17, Inciso IV, da Constituição Estadual e adote outras providências, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. EMENDA EM PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei Complementar n° 381/91. Aprovado. Fica portanto, retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões o Projeto de Lei Complementar n° 381/91.

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N° 381/91

P A R E C E R:

De autoria do bloco Parlamentar Municipalista, o Projeto de Lei n° 381/91, recebeu parecer favorável desta doughta Comissão, para onde retorna em função de emenda oferecida em Plenário pelo Deputado Albino Corazza Neto.

Nesta oportunidade, manifestamo-nos favoravelmente à emenda proposta que visa adequar o Projeto de Lei n° 381/91 às diversas hipóteses previstas nas legislações municipais para a nomeação de administradores distritais, sem ferir qualquer preceito de ordem constitucional, legal ou regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 489/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem n° 107/91, autoriza o Poder Executivo doar ao município de Curitiba, o imóvel de propriedade do Estado, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 012/91, de autoria do Deputado ERONDY SILVERIO, declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA PRE-ESCOLA "MEU SOSSEGO" - MATERNAL E JARDIM DE INFANCIA, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 04, de 18.02.91).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N° 012/91

PARECER:

De autoria do Ilustre Deputado Erondy Silverio, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA PRE-ESCOLA MEU SOSSEGO - MATERNAL E JARDIM DE INFANCIA, com sede nesta Capital.

Encontra-se o Projeto instruído com as peças exigidas pela legislação própria, ou seja, a Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública, inexistindo assim, óbice de natureza legal à sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pelo PARECER FAVORÁVEL ao Plano de Lei em questão, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 434/91, de autoria do Deputado ALGACI TOLIO, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA ESCOLA DE MÚSICA E BELAS ARTES DO PARANÁ - ADEMBAP. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 123, de 26.09.91).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N° 434/91

AUTOR: Deputado ALGACI TOLIO

PARECER:

I. A presente Proposição visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Docentes da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, ADEMBAP, com sede e foro nesta Capital.

II. Após o cumprimento do estabelecido na Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública, através de documentação apresentada pelo Autor, em anexo, a presente Proposição encontra-se em conformidade com as especificações legais pertinentes.

III. Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental para o trâmite normal do presente Projeto nesta Casa de Leis.

Parecer favorável pela aprovação.

Sala das Comissões, em 05.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 479/91, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS MARTINS, concede o título de Cidadão Honorário do Paraná a JOAQUIM DOS SANTOS FILHO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por

unanimidade. (Publ. no D.A. n° 138, de 23.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 479/91

PARECER:

O nobre Deputado Luiz Carlos Martins, de acordo com as prerrogativas que lhe são conferidas pelo Artigo 125, do Regimento Interno, vem apresentar Projeto de Lei visando a concessão do Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor Joaquim dos Santos Filho.

Não havendo impedimento legal, e estando convencidos da justiça da iniciativa, somos pela aprovação da matéria.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

Aprovado.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, sô registre voto contrário da bancada do PT porque este voto a nós acompanhando a vida pública do Senhor Joaquim dos Santos Filho, como Deputado, em vários momentos se colocou contra os interesses da classe trabalhadora.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 480/91, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS MARTINS, concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. MARIO JOSE GONZAGA PETRELLI. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 138, de 23.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 480/91

PARECER:

De autoria do Deputado LUIZ CARLOS MARTINS, tem por objetivo o projeto de lei em epígrafe, conceder o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. Mário José Gonzaga Petrelli.

O projeto em análise, não fere qualquer dispositivo constitucional ou regimental, bem como preenche os requisitos estabelecidos pela Lei n° 5638/67, conforme documentação acostada, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

481/91, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, de Peabiru. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 138, de 23.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
LCM/AL/1931/91

Protocolo n° 10501/91

Projeto de Lei n° 481/91

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Peabiru.

Autor: Deputado Orlando Pessuti

PARECER:

O processo está devidamente instruído, com a documentação legal necessária, comprovando tratar-se de entidade beneficente, existente desde 13.11.1989, com relatório atualizado de atividades.

Opinamos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 05.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 482/91, de autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor DAISAKU IKEDA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 140, de 28.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 482/91

PARECER:

Sob nossa análise o Projeto de Lei n° 482/91, de autoria do Deputado Carlos Simões, dispondo sobre a concessão do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor DAISAKU IKEDA, Presidente da Soka Gakkai Internacional.

Analisando a propositura sob os aspectos jurídico e de técnica legislativa, não vislumbramos óbice à aprovação da matéria, encontrando-se o mesmo em condições de ser levado à deliberação, nos termos do preconizado no artigo 28, II, a do Regimento Interno da Casa.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 05.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 485/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM N° 103/91, autoriza o Poder Executivo a, nos termos do Art. 10, da Constituição Estadual, ceder, em caráter

de utilização gratuita, à Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 139, de 24.10.91 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 485/91

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem n° 103/91, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo, nos termos do artigo 10 da Constituição Estadual, a ceder em caráter de utilização gratuita, à Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, conforme específica.

A sobredita autorização é da competência desta Assembléia Legislativa, conforme preceitua o artigo 53, inc. XIV, da Constituição Estadual.

O pedido de autorização legislativa, incluso na citada Mensagem Governamental, encontra-se devidamente justificado, dispensando qualquer comentário a respeito.

Nestas condições, é o nosso parecer favorável, opinando este Relator pela aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE AFONSO JÚNIOR

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES  
E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 485/91

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem n° 103/91, visa autorizar o Poder Executivo a, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, ceder, em caráter de utilização gratuita, à Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, conforme específica.

A Comissão de Constituição e Justiça em relação ao aspecto legal e constitucional da matéria deu seu parecer favorável, de conformidade com o artigo 53 da Constituição Estadual.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar de conformidade com o artigo 33, § 6°, do Regimento Interno, que lhe confere manifestar-se, conclui, através de seu Relator, que no presente plano de lei, nada existe que obste a sua normal tramitação.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.11.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

DOBRANDINO DA SILVA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 486/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM N° 104/91, aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 28.628.000,00 (vinte e oito milhões, seiscentos e vinte e oito mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 139, de 24.10.91 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 486/91  
AUTOR: PODER EXECUTIVO

PARECER:

I. O Poder Executivo apresenta Mensagem de n° 104/91, que visa aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 28.628.000,00 (vinte e oito milhões, seiscentos e vinte e oito mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo, conforme específica.

II. Procedida à análise da matéria, o presente projeto preenche todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 486/91

ORIGEM: MENSAGEM GOVERNAMENTAL N° 104/91

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade a aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 28.628.000,00 (vinte e oito milhões, seiscentos e vinte e oito mil cruzeiros) ao vigente Orçamento do Poder Executivo, para atender as despesas com a realização de cursos de especialização, extensão e efetivação de diversos eventos.

Sobre a matéria houve pronunciamento favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça, a qual aprovou em parecer exarado.

Verificado, de acordo com o art. 33 em seu § 3° do Regimento Interno, essa Comissão de Finanças, visto haver sido declarada a fonte supressora do recurso requerido, houve por bem se pronunciar favoravelmente pela sua aprovação.



E o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.91.

(aa) MARIO BEZERRA

Presidente

NELSON GARCIA

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI N° 486/91

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo de Mensagem Governamental n° 104/91, visa aprovar um crédito suplementar no montante de Cr\$ 28.628.000,00 (vinte e oito milhões, seiscentos e vinte e oito mil cruzeiros) ao orçamento da Chefia do Poder Executivo.

Ao indicar como recurso, para a cobertura do crédito igual importância proveniente de cancelamento de dotação do próprio órgão, a iniciativa está a atender o art. 135, V, da Constituição Estadual e demais disposições legais atinentes à matéria.

Sendo lícita a medida, somos de parecer favorável à aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 07.11.91.

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

NEIVO BERALDIN

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 491/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM N° 109/91, autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao município de São João do Triunfo, o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 141, de 29.10.91 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
LCM/AL/1932/91

Protocolo n° 10626/91 - Mensagem n° 109/91

## PROJETO DE LEI N° 491/91

Súmula: Autorização para o Poder Executivo ceder imóvel do Estado ao Município de São João do Triunfo.

Autor: Poder Executivo

PARECER:

Pretende o Governo do Estado ceder até 31.12.94, possível sua prorrogação por mais 4 anos, de haver consenso das partes, imóvel com benfeitorias, de propriedade do Governo do Estado, situado em São João do Triunfo e destinado à implantação do Centro Municipal de Saúde e serviços em favor da população, por parte da Prefeitura Municipal local. Impede sua utilização para outros fins e cessão para terceiros.

Em nada contraria disposições legais vigentes e opinamos pela sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 05.11.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES  
E COMUNICAÇÕES

## PROJETO DE LEI N° 491/91

Protocolo n° 10.626/91 - Mensagem n° 109/91

Autor: Poder Executivo Estadual

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a ceder imóvel do Estado ao Município de São João do Triunfo.

PARECER:

O Projeto de Lei n° 491/91, objeto da Mensagem Governamental n° 109/91, de 24.10.91, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, o imóvel de propriedade do Estado, um lote urbano com 900 m<sup>2</sup> com benfeitorias, ao Município de São João do Triunfo. O imóvel será destinado exclusivamente para a implantação do Centro Municipal de Saúde e na instalação de serviços em benefício da população daquele Município. A cessão será até o dia 31 de dezembro de 1994, podendo ser prorrogado por 4 (quatro) anos, mediante consenso das partes.

Sob o ponto de vista desta Comissão, e considerando o caráter relevante dessa cessão, o projeto de lei mencionado acima tem condições de ser examinado e aprovado por esta Casa de Leis.

Nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.11.91.

(aa) CEZAR SILVESTRI

Presidente

JOSE ALVES

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 495/91, de autoria do DEPUTADO JOÃO PREIS, institui a Semana da Moda do Paraná a ser comemorada na Cidade de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Publ. no D.A. n° 142 de 30.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 495/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado João Preis, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que visa instituir a Semana da Moda do Paraná a ser comemorada na Cidade de Maringá, e dá outras providências.

O Projeto está elaborado em conformidade com as disposições regimentais desta Casa, estando devidamente justificado.

Quanto aos aspectos legais e constitucionais nada há que obste a tramitação do mesmo, tendo em vista não ocorrer qualquer

transgressão aos preceitos contidos na Constituição do Estado do Paraná.

Desta forma, analisando o presente projeto sob o aspecto das atribuições desta Comissão, manifestamo-nos favoravelmente à tramitação do mesmo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.11.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria de indagar do assessor jurídico da Bancada do Governo se não é anti-constitucional um projeto de lei instituir uma Semana de Moda do Paraná a ser comemorada na Cidade de Maringá.

Na verdade, me parece que uma Semana de Moda na "Cidade Canção", dando toda a atenção à esta importante indústria das tesouras e alfinetadas, é da melhor qualidade como mérito. Mas o mesmo dito vício de inconstitucionalidade que pesa sobre a Semana de Conservação das Escolas, poderia incidir sobre a Semana da Moda na Cidade de Maringá.

Nada contra se colocar a Cidade de Maringá em dia com a moda, ou até para dizer em italiano "a la strilo della moda". Mas, na verdade, um tipo de Projeto como este que poderia ser meramente instituído pela Secretaria de Indústria e Comércio, pesaria o mesmo zelo da Bancada do PMDB, porque se a conservação das escolas, que é uma coisa da esfera pública, provoca tanta polêmica, o que dirá a conservação dos manequins, a conservação de toda uma população e até de uma Cidade tão elegante como Maringá, no "strilo della moda". Só para registrar o meu protesto, mas recomendando à bancada do PDT para mantermos o Dr. Leonel Brizola e que votemos a favor.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Nós aqui também estamos até incorrendo num perigo de entrar na autonomia do Município. Será que Maringá foi consultada? Será que deseja uma Semana da Moda? Apenas esta indagação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 496/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-Mensagem nº 11/91, aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 996.994.000,00 ao vigente orçamento próprio do Departamento de Trânsito - DETRAN, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 18 de 13.03.91 (Mens.).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 496/91

P A R E C E R:

O nobre Senhor Governador do Paraná, encaminhou a esta Casa Legislativa a Mensagem nº 111/91, trazendo em seu bojo o Projeto de Lei nº 496/91, que tem por objetivo aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 996.964.000,00 (novecentos e noventa e seis milhões, novecentos e sessenta e quatro mil cruzeiros), ao orçamento próprio do Departamento de Trânsito - DETRAN, importância essa proveniente de excesso de arrecadação da citada Repartição.

O montante visa suprir as necessidades de manutenção da entidade e a aquisição de equipamentos e execução de obras.

Entendendo não haver qualquer preceito constitucional ou legal que impossibilite a concretização da proposta sugerimos que os nobres Colegas aprovem a matéria.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 12.11.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

# COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 496/91

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 111/91, tem por finalidade aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 996.964.000,00 (novecentos e noventa e seis milhões, novecentos e sessenta e quatro mil cruzeiros), ao orçamento próprio do Departamento de Trânsito - DETRAN, visando atender despesas de manutenção da entidade, bem como a aquisição de equipamentos e execução de obras.

O Plano de Lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu Relator, ofereceu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do projeto de Lei em tela neste Poder, razão pe-

la qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.11.91

(aa) DURVAL AMARAL

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI Nº 496/91

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 111/91, visa aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 996.964.000,00 ao orçamento próprio do Departamento de Trânsito - DETRAN, para atender despesas de manutenção da entidade, além de aquisição de equipamentos e execução de obras.

A iniciativa, que indica como fonte de recurso o excesso de arrecadação da citada entidade.

Considerando-se que a medida encontra-se em perfeita consonância com os ditames constitucionais e legais que regulam a matéria, somos de parecer favorável à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.91

(aa) NELSON JUSTUS

Presidente

ALBINO CORAZZA

Relator

A Mesa alerta aos Senhores Deputados que fará realizar sessão na sexta-feira, no Horário Regimental.

Sobre a mesa, Requerimento de nº 3125, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3145, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3144, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 3124, 3123, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 3126, 3127, 3128, 3129, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3130, de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3131, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, com apoio do Senhor Deputado Algaci Tú-

lio, constante do expediente. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu requero verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se. (Pausa). Dezesete aprovam. Vinte e três Senhores Deputados rejeitam.

Rejeitada a convocação.

Requerimento de nº 3135, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 3136, 3137, 3138, 3141, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3140, de autoria dos Senhores Deputados Cezar Silvestri, Paulo Maia, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos de nºs 3146, 3147, 3148, 3149, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3139, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3120, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar) - Senhor Presidente, já prevendo que este pedido de informação não passará pela votação da Bancada do PMDB e a Bancada que o sustenta, eu vou fazer aqui a leitura do Pedido de Informações para que fique gravado nos Anais desta Casa, porque eu até achava que seria coerente aprovar este meu Pedido, porque já que não se aprovou a convocação da Secretária Gilda Poli, então que se aprove o meu pedido para que o Governo transparente possa trazer as informações que a Assembléia necessita. (Lê).

CONSIDERANDO

A publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná do decreto nº 884, em 12 de novembro próximo passado, e do Decreto nº 885, na mesma data, exonerando Oswaldo Loureiro Filho do cargo de Diretor Supe-

rintendente da Fundação Teatro Guaíra e nomeando-o, em seguida, para o cargo de Consultor Técnico, categoria C, da Coordenação da Receita do Estado, da Secretaria de Estado da Fazenda, com efeitos retroativos a 1º de setembro deste ano;

**CONSIDERANDO**

Que apesar da sua exoneração, Oswaldo Loureiro Filho continuará respondendo pelas funções de Diretor Superintendente da Fundação Teatro Guaíra;

**CONSIDERANDO**

Notícia publicada nesta data pelo Jornal do Estado - Folha do Paraná e amplamente repercutida em nossa Capital, dando conta de que tal ato teria a finalidade de reajustar o salário do Senhor Oswaldo Loureiro de Cr\$ 400.000,00 para Cr\$ 1.200.000,00 e que o efeito retroativo do Decreto representaria mais uma quantia em torno de Cr\$ 2.000.000,00;

**CONSIDERANDO**

Que o mesmo jornal afirmou que além desse reajuste senão ilegal, pelo menos imoral, aplicado exclusivamente ao Senhor Oswaldo Loureiro, o super-superintendente a Fundação Teatro Guaíra teria direito ainda "... a receber quatro passagens aéreas mensais para ele e quatro para sua esposa, Curitiba/Rio de Janeiro/Curitiba; direito à hospedagem no Hotel Araucária Flat (cuja diária em quarto de casal, hoje, é de 75 mil cruzeiros; direito a carro oficial com motorista."

**CONSIDERANDO**

Que não pode ser entendido como moral um ato oficial que concede reajuste a um servidor do Estado em prejuízo aos demais funcionários públicos;

**CONSIDERANDO**

Que é muito evidente uma manobra escandalosa para aumentar o salário do Senhor Oswaldo Loureiro;

**CONSIDERANDO**

Que se forem procedentes as informações do Jornal do Estado, configuram-se verdadeiras mordomias concedidas inexplicavelmente ao Senhor Oswaldo Loureiro, às custas dos cofres paranaenses;

**CONSIDERANDO**

Que apesar do salário monstruoso e das vantagens especiais a política de ação cultural da FTG é questionável e segundo avaliação de um fórum de artistas e intelectuais, envolvendo entidades da área, o Guaíra vive a pior crise de sua história, vítima de descasos, desmandos e uma administração desacertada;

**CONSIDERANDO**

Que o atual superintendente mantém postura autoritária e avessa a conversações com a classe artística do Paraná, inclusive, obstruindo a sua participação na discussão de projetos e atividades do seu interesse;

**CONSIDERANDO**

Que o Teatro Guaíra constitui a "espinha dorsal" da política de artes cênicas do Paraná, além de abrigar nosso brilhante Corpo de Baile e a destacada Orquestra Sinfônica;

**CONSIDERANDO**

Que se confirmados os atos denunciados pelo Jornal do Estado e adicionada a "manobra" matemática para reajuste do salário do Senhor Oswaldo Loureiro estão configurados atos da maior gravidade contra a seriedade e a moralidade da administração pública;

**CONSIDERANDO**

Que o Poder Legislativo é o órgão da sentinela vigilante quanto ao cumprimento da Constituição e da fiscalização à administração pública;

REQUER, após ouvido o Douto Plenário, e envio ao Governador do Estado do Paraná, do seguinte

**PEDIDO DE INFORMAÇÕES:**

I - Qual a razão da assinatura dos Decretos n.ºs 884 e 885, de 12 de novembro deste ano?

II - Considerando que o Senhor Oswaldo Loureiro foi exonerado do cargo de Superintendente da FTG (em que pese continuar respondendo pelas funções) que finalidade será dada ao referido cargo?

III - Quais as funções específicas a serem desenvolvidas por um "Consultor Técnico", categoria C, da Coordenação da Receita do Estado?"

IV - Quais os requisitos para o exercício desse cargo?

V - Qual a jornada de trabalho e os vencimentos do referido cargo?

VI - Quantos de igual nomenclatura existem na Secretaria da Fazenda e por quem se acham ocupados?

VII - Quais os valores pagos ao Senhor Oswaldo Loureiro pelo Estado do Paraná, através de qualquer um dos seus órgãos e a qualquer título, desde a sua nomeação para a FTG?

VIII - É procedente a informação de que o Senhor Oswaldo Loureiro recebe, mensalmente, oito passagens aéreas CWB/RJ/CWB?

1 - Sob qual escopo legal esse benefício é pago e quais os valores a que correspondem?

IX - É procedente a informação de que o Senhor Oswaldo Loureiro tem direito a hospedagem em hotel desta Capital, com pagamentos realizados pelos cofres do Estado?

1 - Especificar os hotéis, datas, valores pagos e serviços desfrutados (cópia das faturas).

X - Quais os cargos em comissão existentes na Fundação Teatro Guaíra e por quem se acham preenchidos (nomes, data de

nomeação e vencimentos)?

XI - Procede a informação de que o Senhor Oswaldo Loureiro tem direito a veículo oficial e motorista para uso particular?

XII - Procede a informação de que o Hotel Duomo, em que o Senhor Oswaldo Loureiro esteve hospedado até a sua transferência para o Hotel Araucária, foi pago pela Secretaria de Comunicação Social do Estado do Paraná?

1 - Qual o valor pago (com nota discriminatória dos serviços)?

Senhor Presidente, o jornal "Indústria e Comércio" de hoje dá uma nota de sua própria redação: "Inaceitável a falta de uma hierarquia salarial, com o direito de isonomia entre os servidores de vários órgãos da Administração Estadual acaba gerando distorções evidentes.

Não se pode admitir que seja lógico nem justo remunerar desigualmente aqueles que exercem funções semelhantes. Essa circunstância se verifica até entre os que exercem funções de Diretoria. Para corrigir o problema, evitando o exagero dos "marajás" e a miséria dos "barnabês" impõe-se a criação de um quadro de pessoal homogêneo, abrangendo todos os servidores do Estado. Em vez disso, o que se observa são soluções inteiramente inadequadas e vulneráveis a críticas severas como deslocamento de um artista carioca, Superintendente do Teatro Guaíra para a Consultoria Técnica da Secretaria da Fazenda. Pior a emenda que o soneto, com o agravante de gerar precedentes moralmente inaceitáveis".

Tem o aparte o Deputado Colombino Grassano.

O Sr. Colombino Grassano - Senhor Deputado, eu tenho o Dr. Heron Arzua na conta de um homem de bem. É um homem sério, correto, tem vindo à Assembleia Legislativa prestar as informações quando solicitado. Na semana passada esteve na C.C.J. a convite, para fazer um esclarecimento sobre o ICMS. O conceito que eu faço...

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, que Vossa Excelência esclareça ao Deputado Colombino que em encaminhamento de votação não cabe aparte.

O Sr. Colombino Grassano - O conceito que eu faço do Senhor Heron Arzua é o melhor possível. Não é o mesmo conceito que eu faço do Deputado Caíto Quintana que nomeou para assessor técnico da Casa Civil, o "Baiano da Foíce".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa que no encaminhamento de vota-

ção não é permitido aparte.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Deputados que aprovam, conservem-se como estão.

Rejeitado.

O SR. ALGACI TULIO - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Dezesseis.

Os Senhores que rejeitam, queiram levantar-se.

Vinte e um.

Rejeitado o requerimento.

O SR. ALGACI TULIO - O povo do Paraná fica sem saber das maracutaías do Teatro Guaíra.

O SR. DR. ROSINHA - E de muitas outras.

O SR. ALGACI TULIO - Tantas mais.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Atendendo às ponderações das Lideranças, porque a maioria dos Senhores Deputados tinha assumido compromissos nessa sexta-feira, a Mesa não vai marcar sessão para sexta-feira.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, pela ordem. Quero fazer ao mesmo tempo, um desabafo e uma indagação, mas a Constituição Federal estabeleceu o princípio de que todo cidadão tem direito a receber informações dos órgãos públicos. Eu, data vênha, embora seja bacharel em Direito, não é a minha especialidade o campo constitucional nem o Direito Administrativo, fico chocado em perceber que o Poder Legislativo, que tem a função constitucional de fiscalização do Poder Executivo e dos demais Poderes, além disso, somos cidadãos. Nós não temos direito a ter acesso a informações do Governo. Olhe Senhor Presidente, fica até um apelo aqui para que a Mesa da Assembleia, visando resguardar a dignidade desse Poder, para que não fiquemos abaixo dos direitos de qualquer cidadão comum nesse País que tem direito de exigir informações através de certidão, que a Mesa faça uma proposta reformulando o Regimento ou a legislação, o que seja, até mesmo a Constituição do Estado do Paraná no sentido de qualquer Deputado ter direito a receber informações de órgão público e nem ser submetido a plenário essa discussão, Senhor Presidente.

É o meu desabafo. Nós vamos estudar essa questão e achamos um absurdo que o Poder Legislativo, que é um Poder, não te-

nha o mesmo direito que qualquer cidadão brasileiro de ter informações do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai estudar o protesto de Vossa Excelência e realmente, pessoalmente eu acho que é um absurdo que o Deputado não obtenha as informações requeridas.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, pela ordem. Como ex-Vereador da Cidade de Curitiba, todo pedido de informação naquele Parlamento, é aprovado automaticamente e remetido à Prefeitura Municipal de Curitiba, uma vez que o art. 5º resguarda o direito à informação a todo o cidadão. Temos que discutir e debater para resguardar este direito, senão não tem como exercer um mandato de Deputado Estadual, o mandato de Deputado é para fiscalizar o Poder Executivo. Isto está sendo impossível com a postura autoritária do Governador e seus representantes aqui neste Parlamento.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Nós não aceitamos as insinuações e as pa-

lavras do Deputado Florisvaldo Fier.

Nós votamos conscientemente e praticamos aquilo que consideramos seja correto.

Ele tem meios para buscar, se não estiver satisfeito, que busque outros meios. (Vozes paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 012/91, 434/91, 479/91, 480/91, 481/91, 482/91, 485/91, 486/91, 491/91, 495/91, 496/91 e do Projeto de Resolução n° 068/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 084/91.

Levanta-se a sessão.